

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

**A SALVAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE:
REFLEXÕES SOBRE UMA COMUNIDADE INCLUSIVA CRISTÃ**

Autora: Raquel Moreira de Souza
Orientadora: Tânia Mara Campos de Almeida

Brasília, 2013

RAQUEL MOREIRA DE SOUZA

**A SALVAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE:
reflexões sobre uma comunidade inclusiva cristã.**

Monografia de graduação apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Antropologia; Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Tânia Mara Campos de Almeida (Orientadora – Departamento de Sociologia/UnB)

Prof. Dr. José Jorge de Carvalho (Departamento de Antropologia/UnB)

Brasília, 2013

SUMÁRIO

Agradecimentos	4
Introdução	5
Capítulo I - O cristianismo e os discursos sobre a homossexualidade	11
1.1. As tradicionais perspectivas cristãs sobre a sexualidade.....	11
1.2. A homossexualidade enquanto pecado.....	14
1.3. As novas perspectivas teológicas.....	19
1.4. Novas perspectivas teológicas sobre a homossexualidade	21
1.5. A Teologia Inclusiva	25
1.6. As Novas Comunidade e Igrejas Cristãs	26
Capítulo II - Uma bíblia, várias interpretações	30
2.1. A bíblia enquanto símbolo religioso.....	30
2.2. O problema da interpretação.....	34
2.3. A Teologia Inclusiva e a interpretação bíblica.....	38
2.4. As releituras bíblicas e a polissemia dos símbolos.....	40
Capítulo III - Teologia Inclusiva em uma igreja do Planalto Cenral Brasileiro	45
3.1. Homossexualidade: um conceito de vários significados.....	46
3.2. Uma comunidade religiosa inclusiva.....	49
3.3. Perspectivas sobre a sexualidade.....	54
3.4. A insurgência de novas identidades.....	59
Conclusão	65
Referências bibliográficas	68

Agradecimentos

À minha mãe, por me dar inspiração todos os dias com sua força e determinação, por todo amor que me dedica.

À minha irmã, Lethícia, pelo apoio incondicional e pela força que sempre me deu ânimo para continuar caminhando. Sem você este trabalho não seria possível.

Ao meu irmão, Kalil, por me apoiar em todos os momentos, fáceis ou difíceis.

À minha orientadora, Tânia Mara Campos de Almeida, pela paciência e dedicação ao longo da elaboração deste trabalho. Exemplo de respeito, de sabedoria e de seriedade.

Aos fieis, Pastores/a e Presbíteros/a da Igreja Comunidade Família Athos, por terem me recebido e me proporcionado uma experiência ímpar.

Aos meus amigos Emiliano Nunes e Anderson Lima, por todo amor e sinceridade dedicada, e por tornar meus dias mais felizes.

Ao meu amigo querido Marcos de Jesus, pelo carinho, amor e pelas conversas que sempre me inspiraram e me auxiliaram.

À minha doce amiga Lilian Rubia, que mesmo distante sempre esteve presente, tornando meus dias mais cheios de sorrisos.

Às minhas grandes amigas Tarcila e Mariana, sem elas a trajetória do curso de graduação teria perdido grande parte do seu encanto.

Ao meu grande amigo, cúmplice e companheiro Bruno Gomes, por ter me tornado uma pessoa melhor, e pela paciência e amor dedicado ao longo dos últimos anos.

Ao meu tio Manuel, por acreditar em mim e pelo grande apoio e carinho dedicado.

Aos meus demais amigos e familiares, pelo carinho e convívio.

À UnB-DDS, por ter me concedido auxílios imprescindíveis ao desenvolvimento do curso de graduação.

Introdução

A pastoral cristã, desde seus primórdios, inscreveu, como dever fundamental, a tarefa de falar tudo sobre o que se relaciona ao sexo, difundindo cada vez mais a necessidade da confissão dos “pecados da carne”, em uma constante determinação do lícito e ilícito (Foucault, 1985). No processo de elaboração dos guias da conduta moral sexual e suas respectivas penitências, a homossexualidade foi incluída na lista dos pecados graves. Uma vez pautada pela lógica criacionista tradicional da dupla complementariedade de gênero “homem/mulher”, a moral cristã definiu a homossexualidade como desvio da natureza, uma ofensa ao Criador, já que o sexo deveria ser destinado apenas à procriação.

Além da classificação como pecado, outros estigmas foram direcionados aos dissidentes da heterossexualidade. Ao longo de sua história, a moral cristã tradicional e patriarcal considerou os/as homossexuais seres de essência perversa, corpos dominados pelo Mal, anomalias, e atribui um conjunto de nomenclaturas pejorativas, como pederasta e sodomita, para fazer referência a eles/as. Entretanto, quando os saberes médicos científicos ganharam autoridade de saber no contexto moderno ocidental constituíram perspectivas que os transformaram em doentes: a homossexualidade passou a ser vista como uma patologia psíquica e biológica passível de cura, influenciando o entendimento religioso a seu respeito.

Estudos recentes sobre religião e sexualidade destacam que, nos últimos tempos, movimentos e posturas religiosas pró-união homoafetiva vêm ganhando demasiada visibilidade e força. Alguns/mas teólogos/as e líderes pastorais cristãos/ãs têm proferido um discurso sobre a normalidade e legitimidade da homossexualidade, afirmando que é tão digna de honra quanto à heterossexualidade e que o pecado, na verdade, está na infidelidade para com o outro e que pode ocorrer em qualquer tipo de união afetiva (Jurkewics, 2005). Os/As defensores/as dessa perspectiva enfatizam que a bíblia jamais foi pensada como lei fixa para todos os tempos e que é necessário interpretar suas passagens contextualizadas no momento histórico em que foi escrita. Logo, os relatos bíblicos não pretenderiam estabelecer um imperativo ético a respeito da sexualidade e o fato de retratar um modelo de relacionamento heterossexual não quer dizer que as demais formas sejam condenáveis. (Tomita, 1999)

Paralelo ao desenvolvimento de novas perspectivas teológicas acerca da homossexualidade, surgiu, ao longo do século passado, um conjunto de instituições religiosas direcionadas às pessoas LGBTs¹. Popularmente conhecidas como “Igrejas Gays”, essas denominações não apenas passaram a aceitar a presença de fieis homossexuais, mas a difundir uma “boa nova” religiosa que compatibiliza a fé cristã com as identidades não heterossexuais. Parte dessas instituições se auto-definem como “inclusivas”, ou seja, aberta a todos/as aqueles/as que historicamente foram excluídos/as das igrejas tradicionais (Retamero, 2010), apesar de haver um direcionamento mais direto às “minorias sexuais”.

Dentro desse panorama, esta monografia de conclusão de curso tem como objetivo analisar o contexto de surgimento de tais novas denominações cristãs, que se destacaram no cenário religioso por tornar possível a congregação de gays e lésbicas. Mais especificamente, o intuito é refletir sobre a conjuntura de surgimento desse fenômeno, dentro da historiografia cristã e sua relação com os eventos que marcaram a contemporaneidade, bem como analisar a Teologia Inclusiva enquanto proposta exegética, que empreende uma releitura das passagens bíblicas tradicionalmente utilizadas para condenar a homossexualidade.

O foco empírico principal deste trabalho é a apresentação, a discussão e a análise dos dados referente à observação direta realizada na Igreja Comunidade Athos de Brasília. Esta observação se voltou para a apreensão dos sentidos e das denominações atribuídas à homossexualidade, analisando os significados conferidos ao termo por seus/suas lideranças religiosas, teólogos e pastores/as. Entretanto, antes de expor o itinerário deste trabalho, ou seja, os itens e as discussões que o compõem, é importante narrar o modo como tomei conhecimento acerca do fenômeno relacionado ao advento das Igrejas Inclusivas, bem como o contato específico com a Igreja Comunidade Athos de Brasília. Além disso, é importante expor algumas questões referentes às nomenclaturas aqui utilizadas, para dar maior clareza à sua linha argumentativa.

Durante o 27^a. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de agosto de 2010, na cidade de Belém (PA), tive a oportunidade de participar do Grupo de Trabalho (GT) “Corpos, sexualidades, identidades dissidentes: que direitos, quais desejos”. Nesse GT a então doutoranda da Universidade Federal de Santa Catarina, Fátima Weiss, apresentou o trabalho “Religião, Corpo e Identidade Travesti

¹ LGBTs é um acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Trassexuais e Transgêneros.

numa Igreja Inclusiva”, que narrava à experiência de batismo de uma travesti no intuito de explorar os discursos de “libertação” voltados para a aceitação de travestis e transexuais na igreja por parte de outros membros, bem como o processo de construção da identidade travesti e de sexualidades dissidentes. Ao escutar sua apresentação, fiquei perplexa em saber sobre a existência de tal fenômeno. Afinal de contas, ao longo da minha trajetória de vida, dentro de um contexto familiar extremamente cristão-católico, sempre havia escutado exortações acerca da condenação divina da homossexualidade. A existência de igrejas que congregavam e não mais condenavam a homossexualidade se tornou, para mim, um fenômeno intrigante, um objeto interessante para inquirir a partir das ciências sociais.

Ao retornar à Brasília, dias após o término do evento em Belém, realizei buscas na internet para saber sobre a existência de Igrejas Inclusivas no Distrito Federal, com o intuito de conhecer pessoalmente e averiguar a possibilidade de realização de pesquisa sobre a instituição. Foi nesse momento que tomei conhecimento acerca da existência da Comunidade Família Athos, uma denominação considerada de cunho presbiteriano por um de seus Pastores, Alexandre Feitosa, localizada na região central de Brasília.

Alguns aspectos me chamaram a atenção desde o primeiro contato. Dentre eles, o local geográfico onde a igreja está situada, pois sua sede fica em uma região popularmente conhecida pelo tráfico de drogas, prostituição, comércio erótico e local de festividades voltadas à comunidade LGBTs. É importante ressaltar que outras igrejas existem ou existiram no mesmo local, como a Igreja Universal do Reino de Deus. Contudo, o que chama a atenção é o fato de existirem espaços considerados “sagrados”, pelo viés religioso, em uma região tradicionalmente considerada “profana”, por este mesmo viés. No caso da Comunidade Athos, este fenômeno causa ainda mais perplexidade, por se tratar de uma instituição que congrega sujeitos historicamente considerados corpos profanados e transgressores por suas práticas sexuais pecaminosas.

No dia em que decidi conhecer a Congregação, em dezembro de 2010 e me apresentar aos seus integrantes, fui recebida pela Pastora Márcia Dias, a principal liderança da instituição à época. Ela foi bastante simpática e autorizou minha participação nos cultos e demais eventos na condição de pesquisadora. Ainda no ano de 2010, participei de três cultos com o intuito de escrever um projeto de pesquisa para a disciplina de *Métodos e Técnicas da Antropologia Social*, ministrada pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Em 2011, participei de alguns cultos e encontros de estudos bíblicos e do I Curso de Teologia Inclusiva

oferecido pela Igreja, mais especificamente pelo, hoje, Pastor Alexandre Feitosa, que era um dos presbíteros da Igreja. Em 2013, frequentei alguns cultos durante o ano e realizei entrevista exatamente com o Pastor Alexandre Feitosa, um dos principais exegetas da igreja, teólogo e escritor de livros relacionados à Teologia Inclusiva. Houve tentativas de realização de entrevistas com a Pastora Márcia e com outro Pastor que havia integrado a Igreja em 2012, além do Presbítero Marvel Sousa, que havia deixado a Congregação, porém não foi possível.

Em relação ao conjunto de Pastores e Presbíteros da Comunidade Athos, é interessante ressaltar que houve algumas novas adesões e desvinculações durante o período que venho acompanhando-na. A Pastora Márcia é reconhecida como principal liderança dos últimos tempos e é uma das fundadoras da Igreja, juntamente com o Pastor Ivaldo Gitirana, que já havia se desvinculado da igreja em período anterior a minha chegada à instituição. Atualmente ele é o responsável pela direção do Ministério Shekinah Mundial. Em 2012, o Presbítero Márvel também se desvinculou da Igreja, retornando a ela no início de 2013. Ainda em 2012, tomei conhecimento sobre a chegada do Pastor Tiago Passos. E, neste ano de 2013, fui informada pelo Pastor Alexandre Feitosa de que também havia se desvinculado da Comunidade Athos para fundar uma nova Igreja, chamada Comunidade Cristã Inclusiva Apascentar.

A apresentação do intenso trânsito e mobilização do conjunto de lideranças da Comunidade Athos não tem o intuito de revelar um cenário de discórdias, disparidades e conflito. Mas de revelar um contexto de movimentação enquanto elemento que pertence a uma conjuntura dinâmica e plural. Em particular, nota-se que o fato da definição das fronteiras que delimitam o modelo e a estrutura concernente às Igrejas Inclusivas ser ainda mais fluido que das demais igrejas evangélicas, há constantemente espaço para novos protagonismos, novas transformações e cismas no seu interior. Além disso, está-se frente a um fenômeno religioso recente e emergente, que se amplia e expande a nível nacional a partir desse trânsito e mobilização.

Em relação às nomenclaturas empregadas neste trabalho, é importante esclarecer que foram utilizadas algumas terminologias para dar nome a alguns fenômenos. Inicialmente, destaco que o termo “Igrejas Tradicionais ou Teologia Tradicional” se refere ao conjunto de teologias e congregações que historicamente se coadunaram às perspectivas religiosas que condenam a homossexualidade. Já o termo “Teologia Inclusiva ou Igrejas inclusivas” parece estar presente apenas no contexto brasileiro, contudo, para dar maior coerência a este trabalho e proporcionar uma melhor análise,

atribuirei esta terminologia ao me referir às congregações que promovem um espaço de inclusão da comunidade LGBT, inclusive aquelas desenvolvidas nos Estados Unidos. A adoção do referido termo se dá em decorrência da não existência de nomenclaturas nativas ou teóricas consensuais, que possam ser utilizadas para se referir a essas novas instituições de forma generalizada.

Finalmente, em relação à estruturação desta monografia, no primeiro capítulo tem-se a historiografia que se refere ao interesse do cristianismo em discursar e normatizar a sexualidade como centro da reflexão. Além disso, será analisado o cenário no qual emergiu um novo olhar religioso sobre a sexualidade, que possibilitou o surgimento de instituições cristãs destoantes das tradicionais, cuja característica central é permitir não somente a congregação dos homossexuais, mas considerar a homossexualidade como uma vivência tão natural quanto à heterossexualidade, ou seja, passível de redenção.

No segundo capítulo, analiso a importância da bíblia enquanto símbolo cristão que rege as práticas religiosas e dá sentido ao viver, assim como as problemáticas de sua interpretação exegética. Empreendo uma reflexão sobre a reinterpretação bíblica e as mudanças nas perspectivas sobre a homossexualidade, apresento as interpretações tradicionais do conjunto de passagens comumente usado para condenar a homossexualidade e as releituras propostas pela vertente inclusiva, no intuito de destacar os conflitos e as disparidades entre si.

No terceiro capítulo discuto o conceito de homossexualidade, retomando as classificações manifestas pelas vertentes cristãs tradicionais para analisar a complexidade e diversidade que concerne ao debate sobre este tema. Posteriormente, trago à tona as experiências de campo e os dados da interação com sujeitos por meio de entrevistas, referentes à Igreja Comunidade Família Athos, com o intuito de descrever esta comunidade específica e refletir sobre o advento de novos significados religiosos sobre a homossexualidade e, simultaneamente, sua relação com o paradigma moralista cristão, assim como a insurgência de identidades sócio-religiosas que ora classifico como “evangélica-homoafetiva”.

Por fim, uma conclusão com notas que analisam as reflexões perpassadas ao longo do trabalho e discute a importância das congregações inclusivas na luta contra a homofobia na sociedade brasileira.

É importante ressaltar que as análises ora realizadas são apenas observações iniciais. Portanto, não são reflexões finalizadas e imperativas. Para entender melhor os

elementos envolvidos nas relações entre as igrejas inclusivas e o contexto sócio-político da contemporaneidade seria necessário o desenvolvimento de estudos mais aprofundados. Além disso, é importante destacar que, apesar de haver um conjunto de igrejas e comunidades cristãs que compartilha a denominação “inclusivas”, não compõem um segmento consensual e análogo. Pelo contrário, existe uma série de discordâncias entre essas instituições. Estudos comparativos acerca das disparidades, discordâncias e ambiguidades, bem como das aproximações, semelhanças e articulações desses grupos informariam melhor sobre as questões imbricadas nesse universo.

Este trabalho é resultado do acompanhamento de um fenômeno novo e inusitado, que ainda está em vias de gestação. Com ele, tive a oportunidade de observar o advento de um conjunto de concepções e práticas religiosas que são, em grande medida, transgressoras das ordens tradicionais. Inseridas em um contexto histórico efervescente, no qual as linhas divisórias entre religião, política e ideologia parecem não existir, as Igrejas Inclusivas se expandem no horizonte onde as mudanças pareciam improváveis e impossíveis.

Além disso, esclareço que a apreensão das experiências religiosas pessoais não foi levada em consideração. Porém, reconheço que a compreensão mais ampla desse “fenômeno inclusivo” não passa apenas pela investigação das intersecções entre religião e problemáticas seculares contemporâneas, mas deve ser reconhecida a relevância das experiências subjetivas no seu meio. Afinal, conforme Geertz (2001): “A religião, sem interioridade, sem uma sensação “banhada em sentimento” de que a crença importa, e importa tremendamente, de que a fé sustenta, cura, consola, corrige as injustiças, melhora a sorte, garante recompensas, explica, impõe obrigações, abençoa, esclarece, reconcilia, regenera, redime ou salva, mal chega a ser digna desse nome”.

O cristianismo e os discursos sobre a homossexualidade.

“ Deus e o sexo fazem uma estranha combinação. Aliás, Essas duas realidades parecem estar em extremos opostos no espectro de valores. Deus representa a santidade celestial, desligada do corpo; o sexo é a própria essência do prazer físico. ”

Peter Jones, O Deus do Sexo.

Durante o seminário “Religião e Sexualidade: convicções e responsabilidades”² o Pastor Nenehemias Marien da Igreja Presbiteriana Batista de Copacabana, localizada no Rio de Janeiro, enunciou já no início de sua fala: “A Igreja tem a genitália no cérebro”. Com tal frase, o Pastor quis se referir à importância central dos assuntos relacionados à sexualidade dado pelas pastorais cristãs, uma vez que tradicionalmente as instituições desta vertente religiosa, no geral, se dedicaram em tornar a sexualidade foco de reflexão e classificação.

Compreendendo a importância deste assunto na conjuntura histórica do cristianismo, aqui representada nas palavras do Pastor Nenehemias, neste primeiro capítulo apresento uma reflexão sobre as tradicionais perspectivas cristãs sobre a sexualidade e, principalmente, sobre a homossexualidade, bem como o contexto de dissidências que permitiram o advento de novos olhares teológicos, com ênfase naqueles que passaram a problematizar alguns dogmas morais da tradição pastoral. O intuito principal deste capítulo é passar e refletir sobre o cenário no qual emergiu um novo olhar religioso sobre a sexualidade, que possibilitou o surgimento de instituições cristãs destoantes das tradicionais, cuja característica central é permitir não somente a congregação dos homossexuais, mas considerar a homossexualidade como uma vivência tão natural quanto à heterossexualidade, ou seja, passível de redenção. Essas igrejas são conhecidas no Brasil como Igrejas Inclusivas.

1.1 As tradicionais perspectivas cristãs sobre a sexualidade

De acordo com a interpretação tradicional da mitologia criacionista cristã, presente no livro de Gênesis, o pecado cometido por Adão e Eva iniciou uma maldição

² Fala presente no livro “Religião e sexualidade: convicções e responsabilidades.”, organizado por Emerson Giubelli (2005).

humana que envolve primordialmente o corpo e a sexualidade. Classificado como “pecado original”, o intercuro sexual passou a ser concebido como um ato repleto de ações ofensivas aos valores morais. Desse modo, tal perspectiva define o corpo, em contraposição a alma, como o lugar das tentações, pois dele surgiria às pulsões sexuais incontroláveis e se manifestaria o mal (Duby apud Lemos, 2011), instituindo uma visão negativa sobre a relação sexual e nela concentrando os pecados mais graves.

Na tradição Católica Romana, a visão do prazer e do desejo sexual como elementos necessariamente disseminadores do pecado original entre as gerações, foi primordialmente definida, enquanto uma teologia direcionada à sexualidade, ainda no século IV, pelo Filósofo Santo Agostinho. Para ele, o prazer e a sexualidade são males em si, pois o intercuro sexual seria uma vergonhosa luxúria, carregado de culpa, que engendra o pecado no corpo e na alma dos sujeitos já ao nascerem (Silva, 2008). Suas teses pessimistas e negativas iniciaram uma tradição teológica acerca desse assunto, fixando as grandes linhas da concepção crista do Ocidente nessa matéria (Zilles, 2009).

No entanto, de acordo com Borillo (2010), a Pastoral Católica teria encontrado seu mais importante alicerce neste assunto no pensamento da Escolástica³ e, em particular, em Tomas de Aquino (1225-1274 d.C.). Este filósofo sistematizou o conhecimento teológico e filosófico de sua época, compêndio que se tornou um dos principais elementos na constituição da simbologia do pecado, do corpo e da salvação. Neste contexto, é importante destacar que, diferente de Santo Agostinho, São Tomas de Aquino defende uma perspectiva menos negativa da relação sexual. Entretanto, é a partir de sua obra que a noção da sexualidade, enquanto território legítimo e restrito ao casal heterossexual sacramentado com o objetivo único da reprodução, ganha maior relevância.

Segundo Foucault, as doutrinas apresentadas por Santo Agostinho e São Tomas de Aquino se tornaram não somente conteúdos base para classificar os comportamentos aceitos e desaprovados pela ordem divina, mas se apresentaram também como dispositivos de norma e modelo para as relações sexuais. No livro “História da Sexualidade”, volume I, Foucault destaca que o ato da confissão dos pecados da “carne”, ou seja, a injunção à fala das ações, assim como dos pensamentos, sonhos e desejos sexuais, instituída pela vertente católica, tinha por meta não apenas fiscalizar os corpos para atribuir penitências àqueles que cometeram pecados. Mas produzir efeitos

³ Corrente filosófica nascida na Europa da Idade Média, que dominou o pensamento cristão entre os séculos XI e XIV e teve como principal nome o teólogo italiano São Tomás de Aquino.

de domínio com o fim de torná-los moralmente aceitáveis e tecnicamente úteis (Foucault, 1985). Portanto, sob o crivo da moralidade, a pastoral cristã teria produzido um discurso regulador da sexualidade, definindo penas e conceitos aos atos proibidos e, desse modo, se instituiu enquanto mecanismo de poder e controle do sexo.

A partir do quadro trazido por Foucault (1985), diz-se que a doutrina cristã católica, enquanto instituição normatizadora das relações sociais, passou a instituir um *ethos* de vida centrado na alma, em detrimento do corpo e suas pulsões. Evitar os pecados relacionados à “carne” tornou-se o epicentro da vida religiosa e, para alcançar tal ideal, seria necessário que o/a fiel se pautasse em valores ascéticos, negando os prazeres mundanos, principalmente os sexuais. Somente uma vida de resignação proporcionaria a salvação. Desse modo, uma vez pautada pela lógica criacionista tradicional da dupla complementariedade de gênero “homem-mulher”, o intercuro sexual deveria ser realizado somente no matrimônio heterossexual e objetivar, exclusivamente, a reprodução. Até mesmo aos casais sacramentados foi negada a vivência do prazer pleno e da liberdade na intimidade privada. A eles também foram imputadas interdições sobre as práticas sexuais, principalmente aquelas que envolvem órgãos não relacionados à reprodução.

No que concerne às vertentes cristãs evangélicas e protestantes⁴, um conjunto significativo, quiçá majoritário, de suas instituições corroboram em parte ou completamente com a perspectiva moralista da sexualidade instituída pela Igreja Católica. Por conseguinte, também são marcadas por um esforço em regulamentar as práticas sexuais, definindo fronteiras e demarcações do “lícito” e “ilícito”, a fim de condenar práticas contrárias à dita ordem divina.

No caso do Brasil, apesar de existir um segmento de igrejas que reconhece o sexo enquanto invenção divina, sem conceber o prazer como algo genuinamente condenado, ou seja, sem defender a sexualidade como uma vivência necessariamente atrelada ao erro e ao pecado⁵; aqui a relação sexual também é definida como um território restrito à conjugalidade heterossexual-monogâmica e, assim como a Igreja Católica, sacramentada pela igreja. As práticas contrárias à conjugalidade legítima também são consideradas um desvio da natureza, uma ofensa divina,

⁴ Os dois nomes referem-se aos cristãos que romperam com a Igreja Católica durante a Reforma Protestante. O termo protestante vem do documento formal de protesto - *Protestatio* - que os luteranos apresentaram em uma assembleia em 1529, manifestando a sua oposição à política religiosa adotada pela Igreja Católica. Já o nome evangélico vem do fiel que se submete ao ensinamento contido nas "boas-novas" (evangelium, em latim), trazidas por Jesus.

⁵ Ver livro “O Cristão e a Sexualidade” do Pastor Silas Malafaia da Igreja Assembleia de Deus.

incondicionalmente censurada e proibida. O sujeito que vivencia tal relação pode ser objeto de condenação e expurgação ou, até mesmo, de tentativa de cura e transformação. Assim, nesta vertente cristã também é apresentado um padrão de Deus para a sexualidade humana.

Portanto, enquanto mecanismo de poder e controle do sexo (Foucault, 1985), o moralismo instituído pela ética cristã no Ocidente, disseminada ao longo dos séculos tanto por Igrejas Católicas quanto por Igrejas Evangélicas e Protestantes, definiu um conjunto de classificações de comportamentos “corretos” e “incorretos”, em um processo de disciplinarização dos corpos, demarcando as fronteiras da “normalidade”. Fundamentados em valores heterossexistas, foram criadas normas absolutas que se dirigiam aos mais diferentes grupos e assuntos, instituindo imperativos intolerantes com o intuito de imbuir de princípios morais as representações da individualidade e a organização das relações sociais. Identidades, responsabilidades e papéis sociais foram atribuídos aos sujeitos e foi definida uma ordenação do mundo em que estão atrelados a uma natureza fixa e imutável, passando a ocupar, dentro dessa lógica, o lugar que “lhes competem”. Os dispositivos de controle e defesa da ética moral-tradicional promoveram, em muitos contextos, a violência e a opressão, atrelando sujeitos e grupos às hierarquias de poder instituídas.

1.2. A homossexualidade enquanto pecado

Os guias de conduta da moral sexual, desenvolvidos ao longo da história das igrejas cristãs, tradicionalmente destacaram uma lista de pecados relacionados à sexualidade, em especial, as vivências da prostituição, da fornicação⁶, do adultério, da bestialidade⁷ e, com maior atribuição de peso no espectro de condenações, a homossexualidade⁸. Em relação a este último pecado, de acordo com Esly Carvalho (1989), a abordagem cristã tratou o tema sob três pontos de vista: a homossexualidade como possessão demoníaca, desvio de comportamento e estilo de vida alternativo.

A primeira abordagem acredita que os demônios podem adentrar os corpos humanos e causar-lhes um desvio de sexualidade. O desejo pelos gêneros, considerados semelhantes pela mesma anatomia, seria um comportamento resultante da possessão

⁶ Relações sexuais realizadas entre pessoas que não são casadas.

⁷ Relações sexuais com animais.

⁸ Grande parte das denominações cristãs evangélicas tradicionais também considera pecado o divórcio, a cobiça e desejo, a masturbação e o sexo imoral (sexo anal e oral).

espiritual e não um aspecto da formação subjetiva. Desse modo, as explicações e soluções para a questão da homossexualidade devem ser retiradas dos cânones religiosos, a fim de definir o rito de exorcismo necessário. De acordo com o Millard Sall (apud Carvalho, 1989), após a expulsão do espírito maligno, a cura é instantânea, ou seja, o indivíduo restituiria a heterossexualidade logo ao final do rito. No entanto, o autor ressalta a necessidade de investigar se a causa da homossexualidade é realmente espiritual, e somente após a confirmação podem ser tomadas as medidas religiosas.

O segundo enfoque define a homossexualidade como comportamento desviante, porem “aprendido” socialmente. Desse modo, em tese, a condenação se desloca para os atos e comportamentos, não mais o foco é a pessoa em si. Neste caso, o comportamento homossexual pode ser aprendido na relação familiar através do apego do filho à mãe; do medo do dito “sexo oposto”, ou através da vivência de situações traumáticas, como o estupro. A mudança de orientação sexual é considerada possível, porém difícil, pois o indivíduo deve tomar consciência de seu comportamento considerado antinatural e se disponibilizar a participar de um duro processo de transformação dos desejos, em muitos casos, como explicitado adiante, com apoio psicoterapêutico. O diagnóstico normalmente é realizado por profissionais cristãos da psicologia e psiquiatria.

Por fim, a homossexualidade pode ser resultante da escolha consciente por comportamentos homossexuais, levada pela curiosidade ou pela vontade de apresentar-se como alguém “liberal”. Nesta perspectiva, não se trata de realizar diagnósticos nem de receitar procedimentos de cura, pois foi uma livre escolha do indivíduo, que conscientemente quis mudar sua orientação sexual. Portanto, foi vontade dele/dela viver em desacordo com os preceitos religiosos e agir de forma contrária à natureza divina.

Apesar de existir uma variação na classificação religiosa das causas da homossexualidade, um quesito se faz consensual entre os três olhares: a homossexualidade como uma vivencia antinatural das relações sexuais pelo uso errôneo do corpo. Dentro da lógica tradicional cristã, que pensa a natureza e o plano divino em uma mesma ordem, a homossexualidade é considerada pecado, portanto categoricamente condenada. Aqueles que praticam tais pecados devem ser curados, perseguidos, exorcizados, escondidos ou negados pela comunidade, pois são indivíduos extremamente perigosos, na medida em que se opõem ao mais precioso na ordem da criação: a lei natural, expressão da vontade divina (Borrillo, 2010).

Para os/as defensores/as das três teses apresentadas, o elemento central, que dá fundamento para justificar e evidenciar a condenação religiosa, é a bíblia. Da mesma

maneira que outras normas morais sexuais, a perspectiva de condenação da homossexualidade é defendida a partir das interpretações bíblicas, pois as escrituras religiosas conteriam um conjunto de regras e normas de comportamento bem definidas. Portanto, o livro sagrado condenaria o relacionamento sexual entre corpos considerados “não opostos/não complementares” de forma explícita e imperativa, não podendo haver alteração em qualquer circunstância, já que a bíblia é considerada a incontestável fonte dos preceitos religiosos do cristianismo. Todo o conjunto de regras e classificações de censura se constituiria enquanto verdades divinas, trazido pelos escritores bíblicos que, segundo a tradição cristã, foram inspirados por Deus e revelaram a verdade divina.

É importante ressaltar que não apenas as três teses apresentadas se utilizam da bíblia para justificar suas posturas. Tradicionalmente, os olhares religiosos pertencentes à concepção de condenação da homossexualidade também fizeram uso, de forma geral, das interpretações religiosas para justificarem suas perspectivas de condenação. Neste conjunto, se incluem as ordens que se utilizaram de classificações ainda mais hostis e abjetas, como é o caso de alguns momentos de perseguição e violência impetrados pela Igreja Católica ao longo de sua história⁹.

A representação da bíblia na cosmologia cristã, bem como as interpretações tradicionais das passagens utilizadas para condenar a homossexualidade e as problematizações constituídas sobre elas serão discutidas mais adiante. Por ora, é importante ressaltar a postura contemporânea das igrejas cristãs no que se refere à homossexualidade. Dito de outra maneira, ressaltar a conjuntura das ações de censura, condenação e normatização realizadas a partir da apropriação dessa interpretação bíblica condenatória, no contexto recente. Afinal, ao analisarmos a vertente moralista cristã enquanto mecanismo de poder e controle, conforme os conceitos de Foucault (1985), é importante perceber historicamente quais foram as medidas tomadas pelas igrejas cristãs no que tange à homossexualidade, principalmente, quais as medidas de controle e condenação realizadas em relação aos sujeitos.

Conforme destacado, algumas posturas impetradas pela Igreja Católica geraram momentos de perseguição e violência contra os/as homossexuais ao longo da história. No que concerne à atualidade, a Igreja Católica não mais estabelece uma visão sobre a homossexualidade que a concebe como uma abominação a ser perseguida, no entanto, ressalta ainda hoje que as condenações expressas nas escrituras bíblicas se mantem

⁹ Sobre este assunto ver “Homofobia, História e Crítica de um preconceito”, de Daniel Borrillo (2010) e “A Igreja e a Questão Homossexual no Brasil”, de Luiz Mott.(1999).

válidas. Apesar de declarar que a Igreja de hoje não classifica os homossexuais como pessoas essencialmente malignas, que podem e devem ser perseguidas, ainda são defendidas condenações contundentes, pois a homossexualidade ainda é vista como uma prática contrária à natureza divina. Um elemento ilustrativo é a versão do Catecismo Católico Romano, criado em 1992, que em um de seus trechos expressa a seguinte consideração¹⁰: “os homossexuais devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza. Evitar-se-á, para com eles, qualquer sinal de discriminação injusta”. Porém, destaca o mesmo catecismo¹¹: “As pessoas homossexuais são chamadas à castidade. Pelas virtudes do autodomínio, educadoras da liberdade interior, às vezes, pelo apoio de uma amizade desinteressada, pela oração e pela graça sacramental, elas podem e devem aproximar-se, gradual e resolutamente, da perfeição cristã.”.

Portanto, apesar de apresentar um discurso aparentemente mais tolerante às pessoas homossexuais, a Igreja Católica ainda define a relação afetiva e sexual entre pessoas de corpos anatômicos considerados não opostos como um pecado, mantendo a condenação contundente. Podem ser aceitos, ou seja, não condenados, aqueles que se propuserem a viver a castidade, pois segundo esse olhar o pecado não está no desejo em si, mas na vivência desse desejo. Segundo Borrillo (2010), com o discurso renovado em sua forma, mas veiculando a mesma ideologia essencialista, a doutrina católica permanece fiel ao princípio da autoridade e confirma sua vocação tradicionalista.

Na contemporaneidade, podemos destacar também a atuação dos ministérios de conversão, muito presente nas vertentes evangélicas no Brasil. Estruturados em diferentes denominações, estes ministérios se definem como aqueles que ajudam os que sofrem com os “desvios sexuais” de qualquer espécie (Natividade, 2005). No entanto, existe uma ênfase na questão da homossexualidade, já que a transformação da sexualidade destes grupos parece ter se instituído como o principal objetivo. O Trabalho da graduada Tatiana Guedes, apresentado no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília estudou a atuação desses ministérios.

Esclarecendo brevemente este fenômeno, podemos dizer que estes ministérios são organizações compostas por psiquiatras e psicólogos cristãos que propõem a superação dos sofrimentos causados pela vivência da homossexualidade. É importante ressaltar que a superação dos sofrimentos corrobora com a segunda tese religiosa,

¹⁰ Catecismo Católico alínea 2357, presente no livro “Homofobia, História e Crítica de um preconceito”, de Daniel Borrillo.

¹¹ Idem 6.

apresentada por Esly Carvalho (1989): a homossexualidade é um desvio aprendido socialmente, em função de traumas, dificuldades nas relações sociais ou relacionamento deficiente com o/a genitor/a. Desse modo, a ideia de cura dos ministérios se propõe enquanto exercício de restituição de uma suposta heterossexualidade natural, que foi transformada em função de fatores externos à pessoa.

Assim, podemos perceber que curar os indivíduos do sofrimento é coloca-los na norma heteronormativa e na dicotomia de gênero, fazendo com que aqueles dispostos a vivenciarem esse processo se enquadrem na lógica de relacionamento definido nas normas religiosas cristãs. Para isso, devem esforçar-se em desenvolver o desejo pelos corpos considerados anatomicamente opostos. Se não for possível, em muitos casos também é indicado, como no Catecismo Católico, a vivência da castidade.

De certa forma, nos ministérios, há um discurso aparentemente mais tolerante em relação à homossexualidade. Porém, a possibilidade de congregação religiosa desses sujeitos só é possível dentro de um contexto de transformação dos desejos, através da inserção nas normas e classificações sexuais definidas pelo crivo moral religioso. Além disso, apesar de uma parte significativa dos dirigentes desses ministérios não classificar teoricamente o homossexual como doente¹², este é submetido a uma vivência terapêutica religiosa que, de certo modo, se apresenta curativa, já que promove a libertação dos indivíduos dos eventos e elementos que lhes fazem mal – no caso, a homossexualidade. Mesmo havendo abrandamento do discurso condenatório a partir de um reconhecimento de elementos externos aos indivíduos como causadores da homossexualidade, esta ainda é vista como um desvio contra a natureza divina, um pecado grave a ser abandonado.

Portanto, diante do cenário religioso das vertentes cristãs tradicionais, tanto evangélicas quanto católicas, nota-se que as mudanças de perspectivas sobre a homossexualidade se constituíram enquanto uma “nova moldura” para as convicções do passado. Hoje, a congregação desses sujeitos em igrejas e denominações oficiais se apresenta como possível, porém não sem regras, restrições e censuras. Em outras palavras, não sem assumir e afirmar um compromisso de esforço para a transformação dos desejos e afetos, ou de castração dos mesmos, a fim de torná-los moralmente aceitáveis (Foucault, 1985). É importante destacar que outros grupos também são fortemente excluídos da vida cristã institucional, como os travestis e transexuais. Eles foram igualmente marginalizados do convívio congregacional, em função de

¹² As referências bibliográficas pesquisadas revelam que não é comum usar essa nomenclatura dentro dos ministérios. Ver Natividade (2005) e Guedes (2000).

preconceitos e discriminações marcadas nas organizações religiosas (Bomfim, 2009).

Em tese, existe um espaço de acolhimento da diversidade de gênero e sexualidade, inclusive dos transgêneros, dentro das conjunturas cristãs contemporâneas, porém, somente a partir de um assujeitamento às normas e classificações das relações sociais instituídas pela lógica moral-tradicional.

1.3. As novas perspectivas teológicas

Por possuírem uma história marcada por hierarquias de poder e mecanismos de exclusão, as sociedades ocidentais, instituídas a partir do paradigma patriarcal¹³ e racista, disseminam normas e valores, muitas vezes institucionalizados, que designam certos segmentos da sociedade como inferiores ou anormais, diante de suas diferenças irreduzíveis ao padrão (Borrillo, 2010). Por muito tempo os grupos e indivíduos alvos desses mecanismos de exclusão foram silenciados, oprimidos, invisibilizados, renegados ou destinados ao esquecimento, a partir da ação conjunta com valores morais cristãos. Entretanto, não cabe aqui uma análise da relação entre os valores cristãos e os regimes excludentes, afinal isso só poderia ser feito a partir de uma reflexão mais profunda e específica a respeito. Contudo, é importante apontar para este cenário, facilitando a compreensão do contexto de explosão dos movimentos contestadores dessa ordem tradicional, que surgiram ao longo do século XX.

Desse modo, o foco deste subtema se inicia com a reflexão sobre a insurgência de reivindicações, cada vez mais organizadas e subversivas, contra a referida ordem excludente e discriminatória desde os anos 1960. Houve uma eclosão de movimentos e grupos sociais que passaram a lutar por direitos civis e políticos, contestando valores discriminatórios e hierarquias de poder. Entre estes grupos se destacam o movimento feminista, reivindicador de direitos igualitários e do fim da opressão feminina; o movimento negro, que se constitui principalmente enquanto força de luta contra o racismo e a exclusão racial, reivindicador do fim da segregação em função da cor da pele; e o movimento gay, que passou a lutar contra a discriminação e violência sofrida em função da orientação sexual, reivindicador do fim da opressão e exclusão da população, inicialmente, gay e lésbica e, posteriormente, LGBTTTs¹⁴.

¹³ Para além das controvérsias do termo, o patriarcado seria uma forma de dominação e assimetria de poder instituída historicamente nas sociedades humanas, de modo geral.

¹⁴ LGBTTTs é um acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros. O

No conjunto das problematizações trazidas e defendidas pelos movimentos sociais se inseriu também, em algumas conjunturas, as críticas aos valores morais religiosos. Os tradicionais valores cristãos, principalmente aqueles relacionados à sexualidade, se tornou alvo de oposição. Partes dos cânones religiosos passaram a ser vistos como produtores e reprodutores da lógica discriminatória. Nesse contexto, as posturas das igrejas católica, protestantes e evangélicas foram colocadas em xeque.

É nesta conjuntura de mudanças e transformações políticas e históricas do século XX, que se insere o surgimento das novas perspectivas teológicas. Elas também compõem este cenário de problematização, tanto dos tradicionais valores morais cristãos, assim como das ordenações e modelos de exercício e vivência da religiosidade. Para esses novos olhares, os mecanismos de discriminação e exclusão presentes na conformação cosmológica e vocacional do cristianismo são frutos de uma organização sócio-histórica desigual, advindos do cenário segregador do mundo ocidental.

Justamente a partir dessas novas perspectivas que a utilização da questão da subjetividade, da experiência do cotidiano, da vivência religiosa, da emoção, da afetividade, da corporeidade, da paixão, como mediadora do fazer teológico, ganha grande importância (Tomita,1997). Partindo das práticas concretas e dos sentimentos surgiram, então, novos sujeitos religiosos, que passariam a vivenciar uma ética constituída a partir de suas singularidades. Esse fenômeno ganhou demasiada adesão entre os grupos excluídos social e politicamente, dando espaço para a construção de novas possibilidades de vivência do cristianismo.

No que concerne ao Catolicismo, a Teologia da Libertação¹⁵, que teve na América Latina seu principalmente espaço de desenvolvimento, tornou-se uma perspectiva de grande influência para o surgimento de segmentos, inclusive nas vertentes evangélicas¹⁶. Ao propor uma experiência religiosa libertadora, difundiu uma proposta de utilização do aspecto contextual para a elaboração teológica, colocando o cotidiano como fonte de inspiração (Tomita,1997). Assim, a realidade sócio-econômica é o principal elemento de reflexão para um novo viés religioso, fundamentado em questões relacionadas a desigualdades sociais e políticas. Portanto, não houve a

termo atual oficialmente usado para a diversidade no Brasil é LGBTs, onde os Ts são resumidas em um.

¹⁵ A Teologia da Libertação é um movimento internacional e interdominacional que engloba várias correntes de pensamento e que tem como objetivo interpretar os dogmas em termos de uma libertação de injustas condições econômicas e político-sociais. O termo foi cunhado em 1971, pelo padre peruano Gustavo Gutiérrez. Outros expoentes são: Leonardo Boff do Brasil, Jon Sobrino de El Salvador e Juan Luis Segundo do Uruguai.

¹⁶ Ver Musskopf (2008)

discussão de outras experiências de opressão, como o excessivo controle da sexualidade.

A Teologia Feminista¹⁷ também surge nesse contexto, hoje presente tanto nas vertentes católicas quanto evangélicas. Sua proposta se constituiu a partir da articulação das mulheres em prol da construção de uma nova ética sexual, elaborando releituras religiosas com o intuito de, principalmente, denunciar as desigualdades de gênero, a dominação sobre as mulheres e a perspectiva patriarcal presente nas instituições e dogmas religiosos. Segundo Tomita (1997), o discurso das teólogas latino-americanas, influenciadas pela Teologia da Libertação, está caracterizado pela experiência do cotidiano, pela expressão da marginalização em vários níveis e pela experiência que passa pelo corpo e sexualidade. Algumas ressaltam a opressão de gênero, outras revelam as vivências, emoções e sentimentos. Desse modo, sob a influência da Teologia da Libertação, novas teologias surgiram a partir das reivindicações de uma reflexão teológica que envolvesse novos contextos e especificidades.

Outras vertentes também integram esse fenômeno, como a Teologia Negra¹⁸ e as Teologias que propõem novo olhar sobre a homossexualidade, que serão tratadas a seguir. Essas novas proposições possibilitaram que um conjunto de valores tradicionais fosse analisado e, em alguns casos, reelaborado. No que tange à sexualidade, essas problematizações teológicas levantaram questões que se desdobraram na constituição de novas ordenações institucionais, como é o caso das Igrejas Inclusivas. Além disso, protagonizaram rupturas que possibilitaram a constituição de novos movimentos cristãos¹⁹, formando um cenário religioso contemporâneo inusitado e complexo.

1.4. Novas perspectivas teológicas sobre a homossexualidade

¹⁷ O teólogo Francisco Taborda demarca a Teologia Feminista em três fases: a primeira de 1840 a 1920 e marca o surgimento do primeiro movimento feminista nos Estados Unidos, em especial entre as mulheres envolvidas com a causa abolicionista; a segunda se inicia nos anos 1950, marcada pela reflexão teológica no movimento feminista, uma reflexão que girou em torno da ordenação das mulheres; por fim a terceira se situa nos anos de 1960 e 1970, período que corresponde ao “neofeminismo”, quando então ocorre o “nascimento da teologia feminista propriamente dita” (Carvalho, 2010). Algumas das autoras de destaque são Mary Daly, Beverly W. Harrison, Mary E. Hunt e, no Brasil, Ivone Gebara e Maria Clara Binguemer.

¹⁸ A teologia negra é um movimento teológico que surgiu entre os cristãos negros nos Estados Unidos na metade da década dos 60. Ela se concentra na reflexão teológica sobre a luta dos negros, liderados no princípio pelo pastor batista Martin Luther King, Jr., para conseguirem a justiça e libertação sociais, políticas e econômicas. Ela se baseia na bíblia e nas características singulares da experiência religiosa dos negros americanos. (fonte: Palestra do norte-americano da Igreja Batista Felipe Donaway, intitulada “Teologia Negra: uma introdução”). Autores de destaque: Gayraud S. Wilmore e James H. Cone.

¹⁹ Exemplo deste cenário é o grupo Católicas pelo Direito de Decidir. Uma ONG feminista que busca a justiça social, o diálogo inter-religioso e a mudança dos padrões culturais e religiosos que cerceiam a autonomia e a liberdade das mulheres, especialmente na sexualidade e reprodução.

Em relação à homossexualidade, de acordo com Musskopf (2008), a mudança de perspectiva religiosa teria perpassado três momentos, por ele definidos como: Teologia Homossexual, Gay e Queer, que se desenvolveram a partir da segunda metade do século XX. Em sua obra, “Viadagens Teológicas” (2008), transcorre por esses períodos de mudança, analisando-os em termos metodológicos, teóricos e sócio-históricos. A análise não se insere em um processo de delimitações cronológicas, nem mesmo apresenta um conjunto de instituições religiosas como exemplo dessa divisão. Sua obra oferece uma análise da mudança de perspectiva sobre a homossexualidade, feita pelo pensamento teológico. Seu material de reflexão são os livros de teologia produzidos principalmente nos Estados Unidos, oriundos das vertentes evangélica-protestante. Portanto, seu trabalho se apresenta como sistematização acadêmica do fenômeno de transformação do olhar teológico sobre a homossexualidade, ressaltando o aspecto tênue deste fenômeno.

O primeiro momento, Teologia Homossexual, se refere ao contexto de surgimento e constituição do sujeito histórico, no âmbito médico e social, que recebeu a nomenclatura de homossexual; assim como o movimento de organização desses sujeitos em grupos, que passaram a reivindicar o direito à existência e a descriminalização da homossexualidade. A partir de meados do século XX, surgiram teólogos e teólogas²⁰ que passaram a refletir as mudanças conceituais e as reivindicações políticas em torno da homossexualidade. Suas obras são marcadas pelo esforço em interpretar esses novos sujeitos, reavaliando os posicionamentos morais-tradicionais da religião cristã. Tais obras passaram a adotar a perspectiva que considera os homossexuais como sujeitos “normais”, proferindo um discurso de inclusão à vida da Igreja. É neste momento que se iniciam os esforços em realizar uma releitura e ressignificação das passagens bíblicas, que outrora foram utilizadas como fundamento para a condenação da homossexualidade. Portanto, a Teologia Homossexual se destaca enquanto esforço teológico que teve o propósito de desconstruir os estigmas imputados aos gays e lésbicas, principalmente a ideia de doença, crime e pecado.

Já a Teologia Gay se relaciona ao momento de crescente mobilização dos homossexuais, a partir dos anos 70, no qual surgiram grupos políticos mais articulados e organizados, formando um movimento unificado em prol da visibilidade e luta por direitos civis. Os termos “gays” e “lésbicas” ganharam visibilidade e passaram a

²⁰ O autor cita os teólogos Derek Bailey, Robert Wood, Sally Gerhart, Bill Johnson, Malcon Macourt, John McNeil, Tom Horner, Virginia Ramey e Letha Scanzoni.

apresentar-se enquanto identidades sociais. Neles os ativistas se posicionavam como sujeitos de experiências e características distintas, atreladas não mais à doença e, sim, ao orgulho de compor uma diversidade. Desse modo, a Teologia Gay emerge²¹ no contexto do movimento de “libertação gay” e demais movimentos sociais que surgiram na época, além de relacionar-se com o processo de desenvolvimento de novas perspectivas teóricas e acadêmicas, uma vez que as ciências sociais, e não mais as médicas, passaram a ter importância nos estudos sobre a comunidade gay e lésbica (Musskopf, 2008).

O autor ressalta que diferente da Teologia Homossexual que se centra apenas em entender e justificar a existência de outra sexualidade, a Teologia Gay adota uma postura mais “ofensiva”, denunciando as redes de opressão e descriminalização dos gays e das lésbicas. Em relação ao processo de releitura bíblica, o intuito deixa de ser apenas desmitificar as passagens tradicionalmente utilizadas para condenar a homossexualidade, buscando narrativas e parábolas que se relacionem com a singularidade de suas experiências e objetivando, também, identificar relacionamentos homoafetivos bíblicos que, para tais teólogos, por diversas circunstâncias foram invisibilizados. Portanto, há uma ressignificação das passagens a partir de uma releitura pautada na experiência, na qual a ideia de libertação e salvação é reconstruída. Até as representações do Deus cristão foram alvos de reelaborações. Todo esforço de releitura, de certo modo, centrou-se em mostrar que apesar das incoerências afirmadas pela perspectiva tradicional, à fé cristã é compatível com as identidades não heterossexuais.

Contudo, os grandes desafios e transformações ocorridos ao fim do século XX fez com que eclodissem um terceiro momento de mudança de perspectiva teológica acerca da homossexualidade. De acordo com Musskopf (2008), o aprofundamento teórico a partir da influência de outras correntes de pensamento, os novos desafios com o surgimento da AIDS, a visibilização de novos atores no seio dos movimentos sociais e suas alianças, provocaram reflexões que possibilitaram a construção de um novo discurso teológico: a Teologia Queer. Tal corrente teria rompido e ultrapassado as categorias binárias de sexo e gênero, até então considerados como aspectos primordialmente estruturantes das identidades, passando a refletir seu caráter etéreo e plural. Deste modo, a diversidade de práticas e vivências percebidas entre os indivíduos dissidentes da heterossexualidade coadunam com a perspectiva queer de que as identidades não podem ser consideradas substâncias oclusas e estáticas, mas uma

²¹ O autor cita, como referência da Teologia Gay, John Boswell, Mark Thompson, J. Michel Clark,

construção permanentemente reificada e reelaborada, fortemente marcada por fluidez.

O autor destaca que a Teologia Queer se encontra em vias de formulação, no qual teólogos e teólogas²² vêm se dedicando a sua construção. Desse modo, utilizando principalmente os estudos teóricos acadêmicos de gênero e sexualidade, autores e autoras estariam abordando a questão da religiosidade de forma inusitada e transgressora. Entretanto, assim como as outras duas vertentes, a Teologia Queer é marcada por descontinuidades históricas e discursivas, pois não há univocidade entre os teólogos e as teólogas que a ela se dedicam (Musskopf, 2008). Nesse sentido, por vezes, os diferentes momentos se misturam, criando pontos de intersecção.

No que diz respeito à América Latina, a produção teológica acerca da homossexualidade se insere em outra conjuntura de formulação. Tanto a elaboração teológica quanto os estudos gay/queer se realizaram de forma diferenciada em relação aos contextos dos Estados Unidos, embora tenham deles grande influência, e, de certa forma, diferenciada também entre os países que compõem o continente. Em função do cenário sócio-político existente ao longo do século XX, a corrente que se desenvolveu de forma hegemônica nos territórios latinos foi a Teologia da Libertação, a qual influenciou o desenvolvimento teológico gay-queer norte-americano.

De acordo com Musskopf (2008), apesar de não compor um cenário unívoco, os países latino-americanos possuem uma historicidade marcada pela homofobia que se atrela ao controle exercido pelas instituições religiosas. Este domínio institucional é apontado como um dos principais ocasionadores da invisibilidade, no campo da teologia, das questões concernentes aos temas sobre sexualidade e gênero. Além disso, estudos sobre a Teologia da Libertação revelam o seu silenciamento a respeito da homossexualidade. Todavia, nas últimas décadas, os temas sobre as “minorias sexuais” vem ganhando adeptos e figurando nos espaços de reflexão teológica na América Latina, ainda de forma tímida.

Apesar de não haver uma corrente teológica gay-queer consolidada na América Latina, existem cenários de vivências religiosas que envolvem as experiências das/os LGBTs. Grupos religiosos autônomos, ONGs²³ e organizações espirituais constituem a conjuntura que permitiu a esses sujeitos o exercício da religiosidade. Entretanto, a partir dos anos 1990 na América Latina, comunidades e instituições emergiram, tornando

²² O autor cita os teólogos (as) Robert Goss, J. Michel Clark, Ken Stone, Mona West, Timothy Koch, Theodore w. Jennings Jr., Stephen d. More, James Alison e Elizabeth Stuart.

²³ Organização não-governamentais

compatível a vida congregacional cristã e a não-heterossexualidade.

1.5. A Teologia Inclusiva

A Teologia Inclusiva também compõe esse movimento de contestação da teologia hegemônica, pois, assim como as vertentes apresentadas, ela passou a questionar valores morais e práticas de exclusão social e discriminação impetrada pelas congregações tradicionais. Seu objetivo é incluir todos/as aqueles/as que historicamente foram excluídos do cristianismo, possibilitando-lhes o exercício religioso. No entanto, apesar de apresentar tal proposta oficial, ela é difundida enquanto corrente específica de produção teológica, adotada por instituições religiosas no Brasil, que defendem a inclusão daqueles/as que sofrem discriminação pela orientação sexual. Ou seja, possui uma ênfase e direcionamento eclesiástico aos gays e às lésbicas e, em alguns casos, as e aos transgêneros. Por causa dessa especificidade, tornou-se sinônimo e ficou popularmente conhecida, em alguns segmentos, como Teologia Gay.

Encontrei poucos trabalhos teológicos e acadêmicos a respeito da Teologia Inclusiva, principalmente no que concerne aos dados históricos sobre a sua formulação²⁴. Portanto, não pude identificar qual movimento, ou autor(as), utilizou esta nomenclatura de forma pioneira. Faz-se ainda necessário o desenvolvimento de um trabalho mais aprofundado para entender o surgimento desta perspectiva teológica. Além disso, o termo Teologia Inclusiva parece ser mais utilizado no contexto brasileiro. Não foram encontrados termos iguais ou similares em produções teológicas estrangeiras, mesmo naquelas que também se direcionam a ressignificar a homossexualidade. É importante destacar que os poucos estudos sobre esse fenômeno²⁵ revelam o quanto o contexto da Teologia Inclusiva é marcado por um caráter heterogêneo e complexo. A diversidade de iniciativas e protagonismos nele imbricados, que se atrelaram a um conjunto de acontecimentos sócio-políticos locais e internacionais, desencadeou a emergência de instituições diferenciadas.

A fundamentação religiosa da Teologia Inclusiva centra-se na reinterpretação e releitura bíblica. A partir do uso de uma exegese-histórico crítica, o esforço se concentra em reler e dar outros significados a interpretações que foram historicamente defendidas

²⁴ Entre as obras brasileiras, há, nas Ciências Sociais (Antropologia), os trabalhos de Marcelo Natividade e Fátima Weiss; e, nas Ciências da Religião e Teologia, os trabalhos de André Musskopf, Zedequias Alves, Marcio Retamero e Alexandre Feitosa.

²⁵ Idem 19.

pelas perspectivas teológicas tradicionais. Em vista a sua ênfase nas questões relacionadas à homossexualidade, há um direcionamento do exercício de releitura às passagens bíblicas tradicionalmente utilizadas para condenar os relacionamentos não heterossexuais. O modo como esse processo de reinterpretação ocorre, bem como as problematizações apresentadas e os novos sentidos e significados atribuídos a essas passagens, serão foco de reflexão do próximo capítulo. Contudo, vale ressaltar que o objetivo dessa releitura é desconstruir as antigas classificações pejorativas, principalmente, o estigma de pecado associado à homossexualidade, passando a concebê-la como uma vivência tão natural e divina quanto à heterossexualidade.

No esforço em consolidar essa nova vertente, teólogos e teólogas vêm se dedicando a produção de livros, apostilas e demais materiais, além de ministrarem estudos bíblicos pautados na hermenêutica inclusiva. Suas produções não só se apresentam como ferramentas que objetivam definir e legitimar teologicamente a corrente, mas servem de guias de conduta para os/as fieis, explicando como Deus concebe a homossexualidade de forma positiva e normatizando os relacionamentos homoafetivos, dentro de comportamentos e práticas sexuais ditas aprovadas por Deus.

Presente em diferentes denominações, a Teologia Inclusiva ganhou adeptos não apenas entre religiosos evangélicos, mas entre grupos como o católico²⁶. Esse contexto abriu novas possibilidades de reflexão entre religião e sexualidade, proporcionando inclusive uma mudança nos discursos de alguns líderes de igrejas tradicionais que, em certos contextos, possibilitaram que pessoas LGBTs participassem de suas instituições.

1.6. As Novas Comunidade e Igrejas Cristãs

No Brasil, vêm se ampliando o número de comunidades e igrejas, sendo sua maioria de vertente evangélica-protestante, auto-definidas como organizações “inclusivas”, ou seja, aberta a todos/as que historicamente foram excluídos/as das igrejas tradicionais, apesar de haver um direcionamento às “minorias sexuais”. Além dessas instituições religiosas, grupos, em alguns casos em ambiente virtual, foram formados com intuito de compartilhar tal experiência.

Para se instituírem, as igrejas inclusivas não necessitam de autorização de entidades, autoridades ou instituições superiores. Cotidianamente podem ser criadas

²⁶ Durante o 9º ENUDS/2012 (Encontro Nacional Universitário sobre a Diversidade Sexual), por ex, foi ministrado o mini-curso “Pode a Bíblia Incluir” por um diácono católico e professor de sociologia.

novas denominações evangélicas, sejam células de matrizes maiores, sejam novas congregações formadas a partir de cismas com antigas ordens. É justamente esta possibilidade de rompimento, oposição, dissidência, reconstrução e formulação que marca a história e a lógica de existência das igrejas e comunidades evangélicas, que possibilita a ampliação do número de igrejas inclusivas no Brasil.

Em relação à história das igrejas inclusivas, a Metropolitan Community Churches – MCC²⁷ (Igreja da Comunidade Metropolitana), fundada nos Estados Unidos em 1968, é reconhecida como uma das instituições pioneiras entre os ministérios religiosos direcionados aos gays e às lésbicas. Após vivenciar a excomunhão de sua antiga igreja, em função de sua orientação sexual, e presenciar o terrível cenário de perseguição e violência contra gays existente na época, o Reverendo Troy Perry, fundador da MCC, acreditou que sua missão era criar uma igreja que alcançasse os/as gays. Hoje, a comunidade conta com mais de 43 mil membros, que fazem parte de cerca de 300 congregações presentes em mais de 20 países. A maioria das sedes da MCC está localizada nos Estados Unidos e demais países das Américas. Apenas quatro países da África, três da Europa e quatro da Ásia e ilhas do pacífico têm células da instituição²⁸.

Para se compreender o advento dessas instituições no Brasil é necessário observar a composição heterogênea que forma seus cenários, cuja religiosidade é complexa e diversificada. Observa-se que a instauração do catolicismo no país, desde sua formação, foi permeada por matrizes e experiências locais, uma vez que sua conjuntura é constituída por uma pluralidade religiosa oriunda de diferentes povos e culturas. A partir do século XX, um fenômeno de intenso crescimento das congregações pentecostais e neopentecostais configurou um movimento permeado de diversidades e discordâncias, gerando a constante construção de novos grupos religiosos. Outro aspecto importante da religiosidade brasileira são as religiões de matriz africana, que, apesar de invisibilizadas e alvo de diferentes formas de preconceito, tornaram-se uma alternativa religiosa às/aos LGBTs, uma vez que são identificadas como as mais abertas à inclusão de homossexuais em relação às demais instituições (Natividade, 2010).

No que concerne à presença da MCC no Brasil, sua primeira célula foi inaugurada em 2004, no estado do Rio de Janeiro. Dois anos depois da fundação, a entidade desfilhou-se da referida congregação, fundando a “Igreja Cristã

²⁷ Não foram localizadas informações acerca da origem dominacional, ou seja, não se é ligada à matriz pentecostal, batista, presbiteriana, entre outras.

²⁸ Dados retirados do site da Metropolitan Community Church – <http://mccchurch.org/>

Contemporânea”. Entretanto a instituição norte-americana estabeleceu sedes em diferentes regiões brasileiras, em algumas delas também houve um posterior desligamento, gerando a emergência de denominações autônomas ou ligadas a outras instituições. Desse modo, em função do referido cenário religioso singular e heterogêneo, a presença da MCC aqui fez emergir ou se atrelou a outras vivências religiosas locais, permitindo que novas instituições voltadas aos gays e às lésbicas surgissem. Este é o caso da Comunidade Família Athos, foco deste trabalho.

É importante salientar que, anterior à presença da MCC no Brasil, existiram iniciativas locais de propostas religiosas similares àquelas defendidas pelas congregações dos EUA. Nos anos de 1990, movimentos gays já havia fomentado discussões sobre a exclusão dos homossexuais das igrejas cristãs e promovido a construção de grupos religiosos voltados às/aos LGBTs. Uma das instituições precursoras deste movimento no país foi a Igreja Presbiteriana Unida de Copacabana, no Rio de Janeiro. Ao posicionar-se publicamente a favor da inclusão dos/às homossexuais nos cultos cristãos, o Pastor Nehemias Marien, chamou a atenção da mídia. A partir de então a instituição atraiu um grande número de fieis homossexuais, fazendo com que passasse a ser conhecida como uma “igreja gay” (Natividade, 2010).

Para além do cenário religioso brasileiro, outra questão deve ser levada em consideração para que se facilite a compreensão deste fenômeno tão intrigante: a relação da religião com o cenário sócio-político da contemporaneidade. De acordo com Geertz (2001), em outros momentos históricos, a luta religiosa se referia aos embates particulares com as formas espirituais malignas, ou mesmo, a luta pela proteção da convicção religiosa. Hoje, a luta religiosa refere-se a ocorrências externas, que acontecem em praça pública. Destaca-se um caráter muito particular do exercício religioso atual: seu evidente direcionamento para as questões práticas do mundo. Trata-se do fato de que diversas religiões, dentre elas as cristãs, vêm atuando nas esferas políticas, econômicas e sociais, ou seja, se inserindo nas disputas de poder aí existentes.

Ao apresentar um olhar sobre a religião a partir da sua relação com as questões seculares, Geertz diz que a sua compreensão na contemporaneidade demanda a utilização de termos firmes, como “sentido”, “identidade” e “poder”. Pois, os embates, as guerras e os conflitos do mercado do século passado não contribuíram para que a religião seguisse como uma esfera da particularidade, interna ao indivíduo, mas colocaram-na para fora, para as comoções da sociedade e do Estado. Logo, seria cada vez mais proeminente a emergência das identidades religiosas nas estruturas políticas.

Portanto, utilizando essas proposições teóricas, nota-se também as Igrejas Inclusivas na relação com a contemporaneidade. Neste caso, duas dimensões de análise, intrinsecamente relacionadas, se mostram pertinentes: a primeira a partir do cenário de mobilização contra a homofobia e na busca da consagração dos direitos das pessoas homossexuais; e a segunda, no contexto de disputa ética-moral religiosa que se inscreve nas esferas políticas institucionais brasileiras. No primeiro caso, as Igrejas Inclusivas se inserem no contexto de mobilização social, na luta contra os preconceitos e discriminações. Mesmo que, como no caso da Comunidade de Brasília, ao instituir um ethos de vida “evangélico homoafetivo”²⁹, tema discutido no terceiro capítulo, a referida mobilização social tenha como principal objetivo mudar a imagem pejorativa dos/as homossexuais enquanto sujeitos promíscuos e voluptuosos, trazendo à tona a existência de novos/as homossexuais: cristãos que respeitam os valores morais religiosos.

Por fim, poderíamos pensar também o ethos “evangélico-homoafetivo”, a partir da leitura de Geertz, enquanto “busca de identidade”. Para o autor, identidade é um termo que marca a maneira como as pessoas se pensam, pensam o outro e, principalmente, como querem ser retratadas, denominadas, compreendidas e situadas no mundo (Geertz, 2001). Afinal, no que concerne ao contexto de disputa ética-moral religiosa, que se inscreve nas esferas políticas institucionais brasileiras, destaca-se principalmente a presença da identidade evangélica nos congressistas pertencentes a vertentes tradicionais na Câmara dos Deputados no país, popularmente conhecida como bancada evangélica³⁰. Este segmento político-religioso vem demonstrando, ao longo de sua trajetória, que um dos seus principais intuitos no referido espaço é defender os tradicionais valores cristãos, principalmente aqueles referentes ao paradigma da família heterossexual. Tal cenário poderia ser atrelado àquilo que Geertz elenca como um dos objetivos que levam as religiões a se envolverem nas esferas sócio-políticas: o desejo em obter o controle e a dominação para prescrever a moral pública e garantir o acesso a recursos. Desse modo, as Igrejas Inclusivas se mostram enquanto força religiosa, política e social identitária oposta ao segmento representado pela bancada evangélica, já que visa desconstruir a imagem do/a homossexual enquanto pecador/a e perturbador/a das relações sociais e da ordem biológica.

²⁹ Termo construído para dar maior sentido às proposições e análises deste trabalho, especialmente problematizado no capítulo terceiro. É utilizado o termo homoafetivo, pois muitos integrantes da Comunidade Athos preferem este termo em detrimento de homossexual.

³⁰ Além da atuação dos políticos evangélicos, há o envolvimento de pastores das grandes igrejas nas questões políticas institucionais, entre eles se destaca a atuação de Silas Malafais da Assembleia de Deus.

Uma bíblia, várias interpretações.

“A interpretação não é (como supõem muitos) um valor absoluto, um ato do espírito situado em algum reino intemporal das capacidades. A interpretação também precisa ser avaliada no âmbito de uma visão histórica da consciência humana. Em alguns contextos culturais, a interpretação é um ato que libera. E uma forma de rever, de transpor valores, de fugir do passado morto. Em outros contextos culturais, é reacionária, impertinente, covarde, asfixiante.”

Susan Sontag

A bíblia é o livro mais conhecido e lido na história recente da humanidade no Ocidente³¹. Para muitos/as, é o mais importante de todos os tempos. Apesar de ter sido escrita há milênios, ainda hoje é vista por religiosos/as como fonte de compreensão da história e do destino da humanidade, enquanto planos resultantes da vontade de Deus para a Terra e suas criaturas. É considerada uma sagrada escritura, pois sua leitura possibilitaria uma existência dotada de pureza, santidade e liberdade. Apesar de existirem divergências sobre a apropriação e vivência da palavra divina, representa um símbolo central do cristianismo, que dá sentido à sua cosmologia e confirma o ideal de vida cristão.

Para as novas perspectivas teológicas cristãs sobre a homossexualidade, entre elas a Teologia Inclusiva, a bíblia também possui essa dimensão de grande importância. É justamente o esforço de reinterpretação das sagradas escrituras, através da exegese histórico-crítica, que dá legitimidade ao exercício religioso que compatibiliza vida cristã e sexualidades não heterossexuais. Portanto, antes de iniciar uma reflexão sobre a reinterpretação bíblica e as mudanças nas perspectivas sobre a homossexualidade, será tratada a importância da bíblia enquanto símbolo cristão que rege as práticas religiosas e dá sentido ao viver, assim como as problemáticas de sua interpretação. Em seguida, serão apresentadas as interpretações tradicionais do conjunto de passagens comumente usado para condenar a homossexualidade e as releituras propostas pela vertente inclusiva, analisando os conflitos e as disparidades entre si.

2.1. A bíblia enquanto símbolo religioso

³¹ Nos últimos 50 anos, a Bíblia ocupa o primeiro lugar entre os livros mais vendidos, conforme divulgado no site da Notícias Visual, o qual publicou uma lista dos livros que compõem o ranking dos mais lidos com base nas cópias mais vendidas no mundo. Fonte: <http://www.ucbportugal.pt/arquivo.php?p=5443>

Geertz (1989), ao propor uma reflexão sobre a religião a partir da sua dimensão cultural, afirma: “A religião é um sistema de símbolos”. Ou seja, a religião é um sistema dotado de elementos, sejam objetos, atos, acontecimentos, qualidade ou relação, que servem como vínculo a uma concepção, a qual é o “significado” do símbolo. Com tal proposição, destaca que, a partir do estudo dos símbolos sagrados, apreende-se o ethos de um povo, ou seja, compreende-se seu modo e qualidade de vida, as disposições morais e estéticas, bem como as ideias que possuem sobre a ordem das coisas: sua visão de mundo. Essa apreensão é possível na medida em que os símbolos religiosos são considerados padrões culturais e fontes de informações sobre as noções, atitudes e experiências, pois se apresentam como modelo “de” e “para” realidade³².

Tomando como ponto de partida esses conceitos, vê-se que a bíblia se constitui em um dos principais elementos do sistema simbólico do cristianismo. Apesar de materialmente não se tratar de um símbolo, o livro sagrado cristão é concebido como tal na medida em que se apresenta como arcabouço de elementos dotados de significados basilares para a cosmologia cristã. Afinal, existe a crença de que, por meio de sua interpretação, é possível apreender desejos, ordens, planos e vontades divinas. Desse modo, os símbolos constituídos da e na bíblia explicam e dão sentido à realidade, ao mesmo tempo em que são referências para o acontecimento da mesma³³.

Antes de se tratar da bíblia em seu aspecto simbólico, é importante trazer alguns de seus dados históricos. O vocábulo bíblia é proveniente da palavra grega *biblos* ou *bíblion*: rolo, livro, livros ou coleção de livros. Ela foi composta em um período de, aproximadamente, 1.600 anos, desde seus cinco primeiros livros, escritos por Moisés, que recebem a denominação de Pentateuco, até seu último livro, chamado Apocalipse, escrito pelo apóstolo João. Considerada uma biblioteca de duas religiões, judaica e cristã³⁴, a “sagrada escritura” é um livro proveniente de lugares e épocas diferentes, escrito por diversos autores em três idiomas distintos (hebraico, aramaico e grego) e traduzida para inúmeros outros idiomas (Zabatiero, 2007). Não existem edições originais ou versões primeiras da bíblia. Seu conteúdo e gênero são variados, no qual estão presentes narrativas, leis, cartas, orações, profecias, exortações, canções litúrgicas, canções de amor, entre outras.

³² Geertz (1989) desenvolve a ideia de modelo “de” e “para” a realidade. O primeiro seria quando constituímos um modelo da realidade, ao observamos seu funcionamento e reformularmos tal funcionamento em uma linguagem simbólica, “modelo da realidade”, o exemplo dado para tal formulação é o funcionamento de um dique, quando construído pelas leis da hidráulica. Diferente de quando construímos um dique ao lermos um manual de construção, “modelo para a realidade”.

³³ De acordo com Geertz o sistema simbólico religioso revela muito bem a intransponibilidade dos modelos de e para a realidade.

³⁴ Consideração apresentada por Sabatiero (2007).

A bíblia evangélica contém 66 livros, divididos em Antigo e Novo Testamento, e foi escrita por aproximadamente 46 escritores. Já a bíblia católica contém 73 livros³⁵.

Assim, a bíblia é uma produção diversa e plural, que se refere a distintas épocas históricas e que foi escrita em diferentes culturas. Para além do seu valor e significados religiosos, ela tornou-se foco de diversos estudos acadêmicos e literários, interessados em refletir sobre estes diferentes aspectos da sua diversidade. Metodologias exegéticas, compêndios, manuais sobre as formas literárias, comentários e proposições hermenêuticas foram formulados para servir de auxílio ou guia para o processo de interpretação e compreensão de sua textualidade, com o intuito de dar conta da sua complexidade e riqueza.

No entanto, o elemento histórico de maior relevância para esta reflexão é a utilização cristã tradicional da bíblia como elemento central que dá fundamento para justificar e evidenciar normas, condutas e regras de comportamento. Para as vertentes do cristianismo, somente através da interpretação bíblica podem ser apreendidos os modos de vida e as ações instituídas pela ordem divina, bem como os princípios das relações sociais. Já que, desde os primórdios da religião cristã, a bíblia é considerada, em geral, um conjunto de mensagens de Deus para a humanidade, ou seja, através dela, Deus revelaria suas leis e vontade à humanidade e possibilitaria a obtenção de respostas para as vivências cotidianas e dúvidas existenciais.

Por conseguinte, pensar a bíblia como um símbolo religioso, assim como pensar suas narrativas como elementos dotados de significados, quer dizer pensá-la como conjunto de formulações tangíveis de noções, abstrações da experiência fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de ideias, atitudes, julgamentos ou crenças (Geertz, 1989). Desse modo, é interessante perceber como os elementos simbólicos concernentes à figura da bíblia e em seu conjunto de narrativas, à luz das formulações de Geertz (1989), se apresentam como quadros que modelam o comportamento individual e coletivo, através de processos sociais complexos.

Tradicionalmente, as narrativas religiosas advindas das interpretações bíblicas serviram de elemento para compreender e constituir modelos sobre a realidade, ou seja, para constituir quadros interpretativos e explicativos dos fenômenos ordinários. Ao mesmo tempo em que estas interpretações se constituíram como modelos direcionados à ordenação da realidade, se apresentaram como conjunto de normas e classificações, em

³⁵ Os sete livros a mais da bíblia católica são: Tobias, Judite, I Macabeus, II Macabeus, Baruque, Sabedoria e Eclesiástico. Fonte: Sociedade bíblica do Brasil - <http://www.sbb.org.br/>

sua maioria de cunho moral, voltadas para a organização e normatização das subjetividades e das relações sociais.

É importante ressaltar que, ao dizer que os símbolos religiosos modelam os sujeitos e suas relações, Geertz quer dizer que neles/nelas são inscritas ou introjetadas um conjunto de disposições (tendências, capacidades, propensões, habilidade, hábitos, compromissos, inclinações) que emprestam um caráter crônico ao fluxo de sua atividade e à qualidade da sua experiência. O sentido de disposição se apresenta como uma probabilidade da atividade ser exercida ou da ocorrência se realizar em certas circunstâncias. Portanto, os símbolos são capazes de inculcar disposições nos indivíduos, instituindo tendências, hábitos e inclinações, ao mesmo tempo em que seu sistema fornece ao crente uma cosmologia; uma formulação da ordem das coisas que se coaduna com essas disposições instituídas.

A dimensão simbólica das interpretações bíblicas tradicionais, relacionadas à sexualidade, se refere ao conjunto de modelos, normas e explicações relacionadas às representações do pecado, do corpo e da salvação. Pois, ao longo de sua história, as igrejas cristãs, instituíram interdições, censuras e perseguições a indivíduos e grupos que fugiam ou não se integravam às normas morais instituídas, argumentando que tal ação se constituía enquanto luta contra o pecado, na busca da purificação do corpo para, então, proporcionar a salvação das almas. Contudo, para além de uma hipótese repressiva³⁶, foi a partir da constituição de um arcabouço simbólico religioso voltado à sexualidade, voltado à classificação dos “pecados da carne”, que se instituiu um conjunto de disposições para as relações sexuais, apresentando significados para estas relações dentro da ordem cosmológica cristã.

Pensar a bíblia a partir de sua dimensão simbólica permite pensar seus efeitos e desdobramentos na ordem social e, neste caso, permite uma reflexão sobre os modelos e normatizações das relações afetivas e sexuais presentes no mundo cristão. Pois, um estudo sobre as disposições instituídas pelos símbolos, que emanam da interpretação bíblica, nos possibilita não apenas compreender a importância central do livro sagrado na ordem cosmológica cristã, mas alarga a espectro analítico do fenômeno de fiscalização dos corpos e os efeitos de domínio e controle impetrados pelas vertentes congregacionais do cristianismo que tem como finalidade torná-los moralmente aceitáveis e tecnicamente uteis (Foucault, 1985).

³⁶ Foucault (1985)

2.2. O problema da interpretação

Para se compreender a bíblia em sua dimensão simbólica, é necessário refletir também sobre o modo como a apropriação de sua textualidade foi realizada ao longo da história do cristianismo, já que seus significados foram constituídos a partir de padrões de leitura, ou seja, de acordo com determinadas formas de interpretação. Desse modo, ao nos referirmos à interpretação bíblica é de suma importância destacar a complexidade e diversidade de modos de realização inscritas em seu exercício, uma vez que tal prática é realizada por diferentes sujeitos, tempos e espaços de realização (Zabatieiro, 2007). Pois, diariamente as “sagradas escrituras” são interpretadas por padres, pastores, sacerdotes, fieis, estudiosos(as), teólogos(as), entre outros, que empreendem diversos significados a suas passagens, além de realizarem exercícios de apreensão dos imperativos religiosos que acreditam estar presentes em suas entrelinhas.

Em relação ao processo de interpretação, segundo Ricoeur (1978) sempre houve um problema hermenêutico no cristianismo³⁷, porque a proclamação das ordens divinas foi trazida ao mundo através da palavra, ou seja, através das “sagradas escrituras”, e, para que essa palavra possa permanecer atual e viva, é necessário que seus sentidos sejam constantemente restaurados. Portanto, a hermenêutica própria ao cristianismo deve-se a essa relação entre as Escrituras e o Querigma³⁸ ao qual remetem. É justamente essa relação da escritura com a palavra, e da palavra com o evento e com seu sentido, que constituiria o centro do problema hermenêutico cristão.

Ainda, de acordo com Ricoeur (1978), o nó da hermenêutica cristã pode ser elucidado em três momentos distintos, que foram apresentados sucessivamente, embora sejam contemporâneos. O primeiro problema surgiu nas primeiras gerações do cristianismo e teve bastante foco até a Reforma³⁹; seu cerne se refere à relação entre os dois testamentos, novo e velho, trazendo um problema de interpretação da obra como um todo. De forma mais clara, o primeiro problema se refere ao fato de existirem dois livros em uma única compilação, escritos em momentos e épocas diferentes, fato que

³⁷ O autor usa o conceito de hermenêutica trazido por Dilthey, apresentado como “a interpretação das expressões de vida fixadas pela escrita”.

³⁸ Querigma significa proclamação ou transmissão da mensagem cristã.

³⁹ Movimento cristão iniciado no início do século XVI por Martinho Lutero, quando através da publicação de suas 95 teses, em 31 de outubro de 1517 na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, protestou contra diversos pontos da doutrina Católica Romana, propondo-lhe uma reforma.

trouxe problema para a definição do modo de interpretação, ou seja, houve muitos conflitos na definição da relação entre os dois testamentos, pois era discutido se o novo deveria ser uma confirmação do velho ou considerados opostos. No entanto, neste caso, a pregação cristã escolheu uma hermenêutica que liga o novo testamento como releitura e confirmação do velho, criando uma conexão histórica e inteligível⁴⁰.

O segundo momento se refere à ideia de que a interpretação do livro e a interpretação da vida se correspondem e se ajustam mutuamente. Ou seja, a existência deve ser decifrada sob as sagradas escrituras. Tal proposição consiste em alargar a compreensão do texto ao lado da doutrina, da prática, da meditação dos mistérios; e, conseqüentemente, em atribuir o sentido a uma interpretação total da realidade. Desse modo, interpretar a escritura é ao mesmo tempo ampliar seu sentido, enquanto sentido sagrado, e incorporar o resto da cultura profana nessa inteligência. De acordo com o autor, a Idade Média deu ênfase, dentre os “quatro sentidos”⁴¹ presentes na “sagrada escritura”, ao “sentido moral”. Este sentido atestaria que a hermenêutica é uma compreensão da vida a partir da interpretação do texto, levando o/a fiel interioriza-lo para assegurar que sua existência esteja de acordo com as palavras divinas.

Por fim, o terceiro problema hermenêutico surge na Modernidade, depois da utilização dos métodos críticos advindos dos estudos históricos e filológicos. Este se refere ao fato de que a bíblia, por ser uma textualidade referente às experiências de seus escritores com os feitos, poder e revelação de Deus, se apresenta como um texto, como “palavra-humana palavra de Deus”. Em vista disso, enquanto compilação de testemunhos por si só, a bíblia seria uma primeira interpretação. Quando o/a exegeta interpreta-a, em tese, estaria interpretando a interpretação da revelação divina feita pelo autor do texto bíblico. Tal problema hermenêutico é fruto do espírito científico, que provocou o surgimento dessa visão da bíblia como texto, como palavra humana sobre as ações divinas, empregando uma diferença e uma distância em relação ao evento que é proclamado nas escrituras. Essa distância significa que o/a leitor/a, quem interpreta, percebe a diferença entre o lugar que está inserido social e culturalmente daquele no qual foi escrito o testemunho divino. Assim, a interpretação deve ser feita de acordo com um método crítico, que leve em consideração o contexto sócio-histórico, para então compreender o querigma presente no testemunho.

⁴⁰ Ricoeur (1978) classificou tal hermenêutica como “a hermenêutica originária do cristianismo”.

⁴¹ Os “quatro sentidos” no qual Ricoeur se refere foi destacado a partir da obra do Padre de Lubac. Os quatro sentidos são: histórico, alegórico, moral e anagógico.

Na contemporaneidade, mais especificamente no contexto das religiões evangélicas brasileiras, podemos destacar que esse problema da interpretação bíblica é apresentado sob duas proposições exegéticas: a interpretação literal e a leitura histórico-crítica. A primeira propõe que o texto bíblico deva ser entendido conforme o que está literalmente escrito, assim, a regra de interpretação diz que a significação do texto é dada por aquele que o escreveu, independente da conjuntura no qual estava inserido o autor. Percebe-se que se relaciona ao segundo momento do problema hermenêutico bíblico apresentado por Ricoeur, onde a bíblia é concebida como norma absoluta e seu sentido literal serve de base indiscutível sobre a qual construímos todos os outros estágios do sentido alegórico, do sentido moral, do sentido anagógico (Ricoeur, 1978).

Já, na interpretação histórico-crítica, aproxima-se do terceiro momento hermenêutico, pois a regra de interpretação também diz que a significação do texto é dada por aquele que o escreveu no passado. Entretanto, para afirmar a forma como este ensinamento se aplica à atualidade contemporânea é preciso, inicialmente, compreendê-lo em sua situação original, em seu contexto histórico e cultural, para então transportar seu significado à conjuntura presente (Helminiak, 1998).

Em relação ao conjunto heterogêneo de congregações cristãs e suas adesões aos modelos interpretativos apresentados, as Igrejas evangélicas de vertentes tradicionais, de certa forma, são reconhecidas por terem maior afeição à exegese literal da bíblia, já que existe uma crença nas sagradas escrituras como um conjunto de livros divinamente inspirados, que se tornaram fonte de autoridade e regra de fé cristã. A bíblia é concebida como inequívoca “palavra de Deus”, escrita por homens inspirados por Ele (Retamero, 2010). Nela, estariam contidas as normas para que os cristãos vivam conforme o Seu desejo. Trata-se de uma espécie de manual de instruções que possibilita que os sujeitos conheçam a si mesmos e a Deus, e os ensina a viver segundo seus códigos de conduta. Tal caráter interpretativo nestas congregações fez com que fossem classificadas, por outras vertentes cristãs, de fundamentalistas, pois são acusadas de desconsiderar, em diversas passagens, a contextualização histórica no processo de compreensão.

Outras vertentes congregacionais, nas quais se inclui as Igrejas defensoras da Teologia Inclusiva, definem a bíblia como um atestado de revelação da palavra divina no mundo (Modin, apud Retamero 2010), um conjunto de escritos que são o produto e o testemunho da vida de um povo e de uma comunidade em diálogo com Deus (Arens, apud Retamero 2010). Materialmente, a bíblia seria uma literatura religiosa composta por diferentes escritos que foram redigidos por diferentes pessoas, em épocas distintas

(Retamero, 2010). Em função deste caráter fragmentado e diacrônico, a bíblia não poderia ser compreendida como uma obra unívoca, mas enquanto conjunto de livros historicamente localizados que proferiam os costumes, preceitos e práticas de sua época. Aproxima-se aqui do terceiro problema hermenêutico, pois a interpretação só é possível se for considerado caráter histórico-cultural da formulação bíblica.

É importante salientar que, em ambas as vertentes, tanto nas tradicionais como nas ditas progressistas, as duas formas de leitura das passagens bíblicas não se apresentam necessariamente como polos opostos. Na maioria dos casos, existe uma escolha do método de interpretação, de acordo com o intuito de quem a realiza e a proposição bíblica analisada. Além disso, até mesmo para os/as adeptos/as da exegese histórico-crítica, conforme destacado pelo teólogo e Pastor Alexandre Feitosa, em entrevista para esta pesquisa, existem passagens que não podem ser contextualizadas, pois são mensagens não seculares de Deus, devendo ser consideradas na sua literalidade. Da mesma forma, as igrejas tradicionais realizam leituras contextuais de passagens bíblicas, pois algumas delas, principalmente no antigo testamento, apresentam penalidades e obrigações que não cabem no contexto contemporâneo.

No caso da sexualidade, as leituras bíblicas tradicionais proporcionaram os parâmetros definidores dos relacionamentos considerados “lícitos” e “ilícitos”. Tais leituras não apenas legitimaram a união monogâmica, entre homem e mulher, devidamente sacramentada no ritual do casamento, como a única forma de relacionamento, mas definiram o padrão de Deus para a sexualidade humana. A partir da interpretação bíblica, foram constituídas as normas que regem as relações sexuais, definindo as proibições e abominações cristãs.

Assim, com o intuito de retirar o sentido literal da sexualidade, presente como uma lei a ser interpretada (Ricoeur, 1978), as passagens da narrativa de Sodoma e Gomorra, no livro de Gêneses, assim como as prescrições lapidares do livro de Levíticos, constituiriam a prova incontestável do ódio manifestado na bíblia contra os homossexuais masculinos e femininos (Borrillo, 2010). Além disso, foram utilizadas outras passagens bíblicas para comprovar a veracidade destas interpretações. O apóstolo Paulo é visto tradicionalmente como o discípulo que apresentou a condenação mais veemente da homossexualidade e que serviu de inspiração e regra aos exegetas da Patrística⁴², principalmente ao filósofo Santo Agostinho. Dessa forma, tais perspectivas

⁴² Patrística é o nome dado à filosofia cristã dos primeiros sete séculos, elaborada pelos padres ou pais da

morais, instituídas ao longo da história do cristianismo, transformaram o/a homossexual em um ser de essência perversa, um corpo dominado pelo Mal, uma anomalia. Ao contorná-los com a ideia de impureza e perigo, a pastoral cristã foi tecendo a homofobia que ainda ressoa nos tempos atuais.

2.3. A Teologia Inclusiva e a interpretação bíblica

A Teologia Inclusiva se fundamenta na proposta de interpretação histórico-crítica da Bíblia. Este método exegético legou importantes metodologias de estudos literários, de crítica das fontes (busca a “fonte” escrita dos textos bíblicos, usadas na elaboração dos mesmos), de crítica da forma (ocupa-se com a pré-história das fontes escritas e usadas na elaboração dos textos bíblicos, inclusive as fontes orais) e de crítica da redação (concentra na teologia por trás do texto) (Retamero, 2010). A partir de então, se tornou possível a revisão e reinterpretação das passagens que outrora foram utilizadas para condenar dissidentes da heterossexualidade, possibilitando a desconstrução dos estigmas e das perspectivas que tradicionalmente os/as sentenciaram.

Antes de se adentrar na discussão acerca das passagens bíblicas que se relacionam à homossexualidade, é importante trazer uma reflexão sobre a Teologia Inclusiva e, posteriormente, sobre sua relação com a exegese histórico-crítica. No que concerne à sua historicidade, conforme destacado no capítulo anterior, não foram localizados dados que apresentassem o contexto de surgimento e seus/suas autores/autoras pioneiros/as, nem mesmo possível saber, de forma mais precisa, os elementos de referência e influência na sua elaboração.

Pode-se dizer que o termo Teologia Inclusiva, citando Alexandre Feitosa, teólogo e pastor, se refere a um ramo da teologia tradicional voltada para inclusão, das categorias socialmente estigmatizadas, com foco na inclusão dos/das excluídos/as das demais vertentes cristãs em função da sua orientação sexual. Seu pilar central encontra-se na ideia de que Deus possuiu um amor eterno e incondicional à humanidade. O elemento que confere fundamento a tal perspectiva é a reinterpretação bíblica, com vistas a mostrar que a homossexualidade constitui outro aspecto da alteridade humana, tão natural quanto a cor da pele ou dos olhos, por exemplo (Feitosa, 2010). A Teologia Inclusiva não representa exatamente uma nova teologia, mas novo aspecto teológico fundamentado na dignidade da pessoa humana e na valorização da identidade.

igreja, e consiste na elaboração doutrinal das verdades de fé do Cristianismo.

Em relação à releitura bíblica, é importante destacar que tal processo se faz necessário já que a homossexualidade foi tradicionalmente condenada pelo cristianismo. Classificando as interpretações bíblicas tradicionais como interpretações errôneas, a Teologia Inclusiva destaca que elas, rotuladas por “fundamentalistas”, permitiram que o direito de escravização, exploração, entre outras atrocidades, pudesse ser justificado (Retamero, 2010). Foram retiradas razões dos textos bíblicos para subjugar as mulheres, os negros, bem como os/as homossexuais, além de outros segmentos da sociedade.

Para revelar os problemas e erros presentes nas antigas interpretações, a Teologia Inclusiva destaca o problema da tradução, defendendo que a existência de bíblias de editoras e denominações diferentes ganharam textos com sentidos diferenciados. Além disso, problematizam também a forma em que os sentidos foram atribuídos a essas passagens, já que, para eles, tais textos não devem ser lidos de forma literal, pois o contexto histórico e cultural deve ser considerado

O teólogo Márcio Retamero destaca outros elementos bíblicos que devem ser levados em consideração, pois serviriam de princípio para a leitura inclusiva da bíblia: a ordenação da bíblia, pois ela não foi estruturada de acordo com a ordem em que foram escritos seus livros e, sim, de acordo com os gêneros literários; os títulos e os subtítulos não são originais, tendo sido dados por aqueles que posteriormente organizaram sua compilação; a não existência de bíblias originais, mas somente de versões da mesma; os textos bíblicos não se referem aos homossexuais do século XXI, portanto, voltam aos povos de seu tempo, estabelecendo então a necessidade do distanciamento, conforme postula o terceiro problema hermenêutico de Ricoeur (1978).

Na Teologia Inclusiva, também se destaca a afirmação de que os profetas, escritores da bíblia, foram inspirados e iluminados por Deus, contudo, eram homens localizados historicamente que proferiam os costumes, preconceitos e práticas de sua época. Portanto, cabe ao/à seu/sua leitor/a observar as mensagens deixadas por Deus, que possuem um caráter de imperativo universal, separando-as daquilo que pertence à prática cultural do período. Desse modo, a Teologia Inclusiva afirma que não é possível comprovar a condenação da sexualidade não heterossexual, já que não existe trecho que claramente fale de forma condenatória sobre o assunto. Paralelo a isso, os/as teólogos/as afirmam que, além de não haver condenação clara, a bíblia revela que Deus criou heterossexuais e homossexuais em sua completude, logo, se Deus assim os e as fez não foi para cruelmente destiná-las a condenação.

Diante de tais proposições acerca da Teologia Inclusiva, pode-se traçar algumas

reflexões. Ao defenderem uma perspectiva de que a exclusão religiosa é fruto da “interpretação fundamentalista” das igrejas tradicionais, os/as teólogos/as inclusivos/as transferem a fonte da existência da intolerância e exclusão de determinados grupos para a sociedade. Ou seja, não foi o profeta cristão que criou imperativos sexualmente intolerantes e, sim, a sociedade humana, na qual os profetas e exegetas cristãos estavam inseridos. Nesse sentido, ao contrário dos críticos que acreditam que a fonte da intolerância é, em grande medida, advinda da doutrina cristã, os/as inclusivos/as pregam que Deus é amor incondicional e pleno, que não condena a união afetiva sincera, independente da orientação sexual. Entretanto, para alguns segmentos dessa vertente, a união afetiva aceita por Deus é a união monogâmica e estável, que deve seguir regras morais similares àquelas que são imputadas aos casais heterossexuais pelas igrejas tradicionais. Além disso, existe um conjunto de restrições morais para os/as fieis que não vivenciam uma relação estável. Este é o caso da igreja, foco de análise deste trabalho, no qual será apresentada discussão mais aprofundada posteriormente.

Portanto, para a Teologia Inclusiva, a leitura equivocada dos textos bíblicos, e não o próprio livro sagrado, foi o que excluiu e impediu que alguns grupos sociais participassem da vida religiosa e pastoral. Nesse sentido, o fato de haver uma série de preconceitos e estigmas dentro das religiões tradicionais cristãs não revela um caráter imperativo concernente à doutrina, mas é resultado das perspectivas intolerantes dos líderes e demais integrantes das instituições.

Para além das críticas às condenações promovidas pelas vertentes tradicionais, a Teologia Inclusiva defende uma leitura bíblica pautada na experiência de fé e vivência religiosa, destacando a subjetividade e singularidade como elementos centrais. Ela se fundamenta, principalmente, na utilização de passagens bíblicas que definem que o amor de Deus à humanidade é incondicional e eterno, já que todos foram criados à sua imagem e semelhança. Nesse sentido, a sexualidade é considerada como um aspecto da natureza humana, tão diversa e natural, quanto os demais.

2.4. As releituras bíblicas e a polissemia dos símbolos

Um conjunto de passagens bíblicas foi tradicionalmente utilizado pelas vertentes cristãs, evangélicas e católicas, para justificar a condenação da homossexualidade. Em vista disso, o esforço da Teologia Inclusiva se concentra, principalmente, a reelaborar as leituras de tais passagens, traçando-lhe novos sentidos, com vistas a desconstruir a

imagem pejorativa e punitiva das relações afetivas e sexuais entre homens ou entre mulheres, ou seja, da homoafetividade. Entre tais passagens, destacam, conforme Alexandre Feitosa (2010): as que estão nos livros de Gêneses e Levíticos no velho testamento; Romanos, Coríntios e Timóteo, no novo testamento.

O livro de Gêneses é uma narrativa que reconta o mito criacionista, o ato de criação divina da Terra e seus habitantes. Entre seus textos, encontra a afirmação de que Deus criou homem e mulher, Adão e Eva, para que fossem fecundos e pudessem povoar o planeta. Entre os cristãos tradicionais tal passagem é uma normatização contundente da vontade de Deus. De acordo com a interpretação da bíblia de estudos e plenitude, da editora SBB, Deus criou homem e mulher como opostos complementares, que formam um corpo só, portanto, criou o núcleo da conformação humana: a família. Já para a perspectiva inclusiva, tal passagem não é um manual de normas, com aplicação literal para todos/as, pois, se assim fosse, ela deveria ser aplicada indefinidamente sem distinção. De acordo com tal lógica, estariam excluídos da possibilidade de união e formação de uma célula familiar os estéreis, pois estes não poderiam fecundar a Terra. Para a vertente inclusiva, se os tradicionais consideram que uma das funções essenciais do casamento é a procriação e utilizam tal argumento para condenar a homossexualidade, deveriam também proibir o casamento daqueles que não podem cumprir tal exigência: os/as inférteis.

Ainda sobre o mito criacionista, a interpretação dada pela Teologia Inclusiva, sob a ótica da exegese histórico-crítica é a seguinte: a bíblia somente cita a relação heterossexual porque foi escrita sob a rigidez do patriarcado, pois a união dentro desse modo de relacionamento era o padrão daquelas sociedades, que prezavam pela procriação, fortalecimento e perpetuação de seus clãs (Feitosa, 2010). Ou seja, o valor dado à procriação seria em função das numerosas guerras que ocorriam no contexto em que os escritos judaicos foram elaborados, portanto, a procriação era uma ação fundamental para dar continuidade ao povo. Desse modo, de acordo com Feitosa (2010), tal passagem é uma descrição do que se vê como padrão em uma sociedade patriarcal e em um determinado contexto.

A narrativa de Sodoma e Gomorra, também presente no livro de Gêneses, é outra das principais passagens usadas para condenar a homossexualidade. Trata-se da destruição de uma cidade no sul do Mar Morto com fogo e enxofre. De acordo com o entendimento tradicional, a cidade foi devastada porque estava dominada pelo pecado, já que a homossexualidade era generalizada. Para a interpretação proposta pela Teologia

Inclusiva, o motivo de tal destruição está relacionado à falta de hospitalidade dos povos dessas cidades em relação aos estrangeiros/as. Tal regra era uma lei sagrada para as culturas semíticas, ou seja, eles cometiam uma infração das normas sociais. Além disso, no que concerne ao relato de um suposto desejo de um dos personagens da narrativa em estabelecer ato sexual com um dos viajantes que chegava à cidade, a reinterpretção diz que o pecado relatado se referia ao desejo em viver um ato de violência sexual, e não da vontade em vivenciar um relacionamento homoafetivo monogâmico.

Em Levíticos, os cristãos tradicionais comumente utilizaram a passagem do capítulo 18, versículo 22, que diz: “Com um homem não te deitarás como se fosse mulher; é abominação”. E o capítulo 20, versículo 13: “Se também um homem se deitar com outro homem, como se fosse mulher, ambos praticam coisa abominável, serão mortos, o seu sangue cairá sobre eles”. Desse modo, de acordo com a Bíblia da editora SBB, a postura de Deus é clara, a homossexualidade é uma perversão séria. Embora Ele ofereça graças ao ofensor homossexual, rejeita sua conduta. Já a leitura proposta pela Teologia inclusiva problematiza os trechos da seguinte maneira: se existe condenação à homoafetividade, porque o sexo entre mulheres não foi mencionado? Por que as igrejas tradicionais não defendem a morte para os homossexuais? Afinal, o texto impõe claramente tal medida (Feitosa, 2010).

Assim, de acordo com a interpretação inclusiva, os textos de Levíticos refletem o contexto sócio-cultural e o sistema de leis religiosas, civis e morais do povo de Israel. Portanto, mais uma vez sob a ótica da exegese histórico-crítica, promovem uma leitura contextualizada, afirmando que tais normas inscritas na Bíblia era uma medida direcionada aos hebreus para que pudessem se manter distantes das práticas pagãs, próprias dos povos cananeus, que habitam a região pós-diáspora judia. Além disso, esclarecem que o significado da palavra abominação não se refere, como foi utilizada tradicionalmente, aos relacionamentos homossexuais, mas é um termo religioso que significa “tudo o que é detestável para Deus”.

Já, no livro de Romanos, presente no novo testamento, são utilizados os versículos 26 e 27 do capítulo primeiro: “Por causa disso (por servirem a criatura e não o criador), os entregou Deus a paixões infames; porque até as mulheres mudaram o modo natural de suas relações íntimas por outro, contrário à natureza”; “Semelhantemente, os homens também, deixando o contato natural da mulher, se inflamaram mutuamente em sua sensualidade, cometendo torpeza, homens com homens, e recebendo, em si mesmos, a merecida punição de seu erro”. Mais uma vez,

de acordo com a Bíblia da editora SBB, o significado de tal passagem quer dizer que, além da punição do ato, Deus condena o desejo homossexual, que é visto como pecaminoso aos olhos dele, contrário à natureza, definindo assim uma punição.

De acordo com a perspectiva da Teologia inclusiva, o apóstolo Paulo, escritor de Romanos, se referia com essa passagem às práticas orgíacas dos bacanais e outros rituais de Roma. Desse modo, entre os problemas morais existentes nesse povo, estava a da idolatria destinada aos vários deuses, através de diferentes cultos, que o apóstolo desejava demonstrar as implicações divinas e as terríveis consequências. Com a contextualização da passagem, tal vertente diz que os relatos se referem a práticas homoeróticas promiscuas, existentes nos rituais romanos, ou seja, não se referem a relacionamentos monogâmicos e sinceros entre homens ou entre mulheres. Portanto, a mensagem de Deus deixada é que não se deve adorar outro que não ele, bem como a condenação destinada às práticas consideradas “pagãs”.

Diante desse quadro de releituras e interpretações bíblicas, que atribuem diferentes significados a diferentes passagens, retoma-se as discussões sobre a Bíblia em uma dimensão simbólica, proposta no início deste capítulo. De início, traz-se a seguinte proposição do antropólogo Carvalho (2000): “O simbólico é polissêmico, não há uma estabilidade dos símbolos nem do campo simbólico”. O universo simbólico, ao receber um olhar sobre a possibilidade do alargamento dos seus símbolos e da flexibilidade de sua estruturação, ganha maior fluidez, com significados oclusos e instáveis em cada contexto presente e em cada sujeito que nele se insere. Além disso, o autor também explicita que os símbolos religiosos estão conectados com as outras esferas da realidade, com as esferas ideológicas, moral, política, estética, sexual, portanto, que suas concepções, significados e apropriações ocorrem em meio a teias complexas de relações e associações.

Logo, os símbolos relacionados à Bíblia não possuem estabilidade e coerência estática, pois é possível empreender significados opostos e diferenciados a uma mesma passagem do seu texto sagrado. O esforço da Teologia Inclusiva revela, mais uma vez, esse caráter polissêmico do símbolo, explicitando o dinamismo e transformação intrínseca a tal dimensão. Além disso, a partir das proposições de Carvalho (2000), nota-se que as apropriações e releituras bíblicas inclusivas, que fizeram suscitar novas perspectivas sobre a homossexualidade e que colocaram em cheque um conjunto de valores morais, se inscrevem não somente em um contexto de disputa simbólica, defensora das concepções de pecado, corpo e salvação, mas se instaura também no

campo político de busca por legitimidade.

Assim, no atual contexto de imersão, principalmente das igrejas cristãs evangélicas nas esferas institucionais de poder político dentro da sociedade, emergem as questões relacionadas à vivência da sexualidade como um eixo extremamente relevante em disputa por espaço discursivo, leis e recursos⁴³. Concomitantemente, com o surgimento das igrejas inclusivas, que cotidianamente são deslegitimadas, acusadas e desautorizadas pelas entidades evangélicas tradicionais, vê-se que também se erige um contexto de disputa pelos significados dos símbolos relacionados à bíblia que ultrapassa os nichos religiosos. Há, portanto, uma luta que objetiva desconstruir e modificar a imagem religiosa e, em segundo plano, a imagem social e cultural do relacionamento homoafetivo, apresentando a toda sociedade uma nova versão interpretativa para os elementos que tradicionalmente foram utilizados para condenar tal vivência com base na verdade divina.

Por meio dos ensinamentos de Carvalho (2000), vê-se, então, a importância de apreender e analisar a hermenêutica inclusiva e suas novas perspectivas sobre a homossexualidade não somente a partir de uma noção de sistema simbólico e de símbolo polissêmico e incoerente, mas a partir de sua relação com as demais esferas da vida humana. Essa abordagem leva à compreensão de que não só a teologia inclusiva pode provocar modificações na sociedade, como também ela, ao estar imbricada com a vida social e cultural, recebe influência dos discursos científicos atuais, dos movimentos de luta por direitos dos/as homossexuais iniciados no século passado e dos estudos de gênero e sexualidade. A reelaboração dos discursos bíblicos, enfim, não pode ser compreendida unicamente como uma inovação exclusiva do campo religioso, causada pela imaginação e ruptura intrínseca ao próprio processo de apropriação pessoal e, ate mesmo, ao processo de dissidência mística de pequenos grupos. Trata-se de um fenômeno poroso e aberto, inscrito no contexto da contemporaneidade e marcado pelo surgimento de novas identidades políticas e sociais dos sujeitos.

⁴³ Disputas travadas nos espaços institucionais do poder legislativo e executivo, nas quais existe grande força por parte da bancada evangélica.

Teologia Inclusiva em uma igreja do Planalto Central Brasileiro

“O órgão sexual é um plus, um bônus, um regalo da natureza. Não é um ônus, um peso, um estorvo, menos ainda uma reprimenda dos Deuses.”
Ministro Carlos Ayres Britto⁴⁴

A homossexualidade é um termo moderno que se refere às vivências humanas existentes em diversos contextos sociais, inclusive de eras longínquas. A ela são atribuídos diferentes significados, classificações e valores, no intuito de defini-la e apresentá-la em ordens e espaços de saber e poder (Foucault, 1985). No que concerne a religiões cristãs, antes mesmo do surgimento da nomenclatura, foram empreendidas categorizações, normatizações e conceitos, em sua maioria de tom pejorativo, para dar nome e caracterizar aqueles(as) que vivenciam relações afetivas e sexuais com pessoas reconhecidas como do “mesmo sexo”, ou seja, de corpos “com mesma genitália”. A complexidade desse assunto e o interesse em entender tal experiência humana, bem como os contextos de discriminação e exclusão social presente nas congregações cristãs, desencadearam o surgimento de diversas dinâmicas internas às igrejas: estudos e transformações teológicas proporcionaram novas atitudes e perspectivas sobre a homossexualidade.

As discussões acerca do advento de novos movimentos religiosos, que tornou compatível a homossexualidade e a vivência da religiosidade cristã, entre eles, a Teologia Inclusiva, indicam a emergência de outro olhar, gerador de mudanças nas classificações e nos conceitos atribuídos aos/às homossexuais. Já que, com as releituras interpretativas promovidas pela Teologia Inclusiva, a homossexualidade passou a ser vista, sob o crivo religioso, como uma experiência natural e comum de nossos tempos. Deixou de estar relacionada ao pecado e à culpa, ou mesmo de ser concebida como anomalia.

Em vista disso, a proposta deste terceiro capítulo é discutir o conceito de homossexualidade, retomando as classificações apresentadas pelas vertentes cristãs tradicionais para analisar a complexidade e diversidade que concerne ao debate sobre este tema. Posteriormente, serão apresentadas as experiências de campo e dados de entrevista referentes a uma Igreja inclusiva de Brasília, com o intuito de apresentar e discutir o advento de novos significados religiosos sobre a homossexualidade e,

⁴⁴ Trecho do discurso apresentado durante o julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre o reconhecimento civil das uniões homoafetivas.

simultaneamente, sua relação com o paradigma moralista cristão, assim como a insurgência de identidades sócio-religiosas que ora classifico como “evangélica-homoafetiva”.

3.1. Homossexualidade: um conceito de vários significados

O termo homossexual surgiu em 1869 a partir de estudos promovidos pelo médico húngaro Karoly Benkert, que tinha como objetivo analisar aquilo que classificava como uma doença mental de natureza congênita, vislumbrando a busca de um tratamento curativo e decisivo. Desde o seu surgimento até os tempos atuais, além de ter deixado o código internacional de doenças (CID), em 1990, levando inclusive a mudança do termo homossexualismo para homossexualidade, várias reflexões e análises foram empreendidas com o intuito de entender os elementos e mecanismos relacionados, tanto nas ciências médicas e naturais quanto nas ciências humanas e sociais, assim como na teologia e ciências religiosas. Entretanto, sabe-se que tal vivência sexual não passou a existir no momento em que recebeu um nome científico. Sua historiografia remonta, no mínimo, aos tempos da Antiga Grécia. Assim, vale ressaltar que o cenário discursivo acerca da homossexualidade é tão antigo e pulverizado ao longo da história que é impossível delimitar suas fronteiras.

De um modo geral e no senso comum brasileiro, o termo “homossexualidade” é utilizado para se referir a pessoas que se sentem atraídas sexual e afetivamente por outras consideradas do “mesmo sexo”, destacando que sexo é sinônimo de “homem” e/ou “mulher”. No entanto, de acordo com Fry (1983), a homossexualidade é um conceito de infinita variação, pois representaria coisas distintas em diferentes contextos e segmentos sociais. Desse modo, haveria uma variação em seu significado e representação não apenas em cada conjuntura onde o termo está ou esteve presente, mas também uma variação entre os diferentes sujeitos que compõe esses mesmos espaços. Com este raciocínio, diz que a homossexualidade pode significar algo para certo indivíduo e para outro indivíduo diferente possuir distinta conotação, e em especial, significar tantos conteúdos quanto os diversos segmentos sociais da sociedade brasileira contemporânea (Fry, 1983). Assim, o autor conclui que: “não há nenhuma verdade absoluta sobre o que é a homossexualidade e que as ideias e práticas a ela associadas são produzidas historicamente no interior de sociedades concretas.”

Contudo, apesar de existirem muitas vozes destoantes e discordantes acerca

desse assunto, há uma disputa de significado. Em geral, tais vozes visam marcar suas legitimidades em diferentes campos com o intuito de fazer valer suas perspectivas. Os ensinamentos trazidos por Foucault (1985) permitem a compreensão desse cenário discursivo, já que pode ser classificado como “dispositivo da sexualidade”: o conjunto estratégico de mecanismos específicos de saber e poder a respeito do sexo, que, a partir do século XIX, atingiram demasiada eficácia e produtividade nas sociedades ocidentais. Nessa lógica, compreende-se que a intensificação dos discursos sobre a homossexualidade, baseados em regras, restrições, códigos de lugares, pessoas e situações de legitimidade, almejou cada vez mais torná-la inteligível, categorizável e controlável.

Partindo de uma reflexão sobre os discursos compreendidos como “lícitos”, ou seja, institucionalizados e reconhecidos como detentores do poder e autoridade de fala, Foucault (1985) diz que ao contrário da afirmativa sobre a existência de uma interdição e repressão da sexualidade, “hipótese repressiva”, o sexo não parece ter sido negado a partir da era vitoriana⁴⁵, nem mesmo interdito ou condenado ao silêncio. Médicos, psiquiatras, pedagogos, juristas, dentre outros discursadores, dedicaram-se intensamente ao estudo da sexualidade, normalizando condutas e patologizando aquilo que o autor chama de “sexualidades periféricas”, nas quais se inclui a homossexualidade. Uma grande quantidade de literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências médicas, casos clínicos, esquemas de reforma e planos de instituições ideais, multiplicaram-se em torno do sexo (Foucault, 1985).

No campo religioso, já foi destacado o interesse histórico das igrejas cristãs em discorrer sobre a sexualidade. Foi explicitado ainda que tradicionalmente estas igrejas fundamentaram suas posturas em estudos e reflexões que se propunham enquanto revelação da autoridade divina. Entretanto, vale ressaltar que, na contemporaneidade, não apenas estes conhecimentos são usados na determinação das normas e classificações relacionadas à sexualidade. Seja por meio da ciência ou de estudos históricos, certa autoridade secular também é acionada para dar lícitude aos olhares classificadores. Desse modo, uns se utilizam dos jargões e dados qualificados como “científicos”, outros acionam os estudos conjunturais.

As perspectivas cristãs tradicionais, muitas vezes, se apropriam dos estudos seculares com o intuito de agregar novas fontes para conferir legitimidade a suas visões.

⁴⁵ A Era Vitoriana foi o período de reinado da Rainha Vitória, em meados do Século XIX, mais especificamente de Junho de 1837 a Janeiro de 1901.

As proposições de Esly Carvalho (1989), trazidas anteriormente, exemplificam bem este fenômeno. Em relação à primeira proposição, homossexualidade como possessão demoníaca, sabe-se que a autoridade bíblica, enquanto voz divina sobre todos os assuntos, é o principal elemento usado para legitimar tal visão. Nas demais proposições, a bíblia também é utilizada como elemento que confere veracidade às perspectivas religiosas sobre a sexualidade, no entanto, outros saberes também são empregados no processo de disputa pelo significado da homossexualidade.

Ao conceber a homossexualidade como um desvio de comportamento, por exemplo, o significado religioso se utiliza de um conjunto bibliográfico da medicina e psicologia, no qual emergiu tal classificação. Neste caso, para além do cânone oriundo das interpretações religiosas, são destacados elementos concernentes à genética humana e à ação dos fatores externos aos indivíduos. O livro “Nascidos Gays? – existem evidências científicas para a homossexualidade?”⁴⁶, escrito pelo médico geneticista Dr. John S. H. Tay, é um dos livros de cunho secular utilizado por parte das vertentes religiosas tradicionais no assunto. Na obra, o intuito do autor é discutir até que ponto a afirmação “indivíduos nascem gays” é verdadeira ou falaciosa do ponto de vista médico-biologicista. Sua análise se direciona, através da apresentação de cálculos matemáticos e estatísticas genéticas, para o questionamento de um determinismo biológico da sexualidade, apontando para os caracteres comportamentais como principais geradores daquilo que classifica como “desvio psíquico”.

No caso da Teologia Inclusiva, as reinterpretações bíblicas proporcionaram mudanças nos significados da homossexualidade, atribuindo-lhe novas explicações e classificações. No entanto, sabe-se que tal releitura também ocorreu sob a influência dos conhecimentos seculares sobre o assunto. A partir das discussões abordadas nos capítulos anteriores, percebe-se que a exegese histórico-crítica por si só já se apresenta como um mecanismo de compreensão bíblica com base em elementos seculares. Para além dela, estudos de gênero, sexualidade, preconceito e reflexões sobre homofobia são conteúdos importantes na constituição de novas perspectivas religiosas sobre a homossexualidade. No entanto, os desejos de mudança dos cânones morais cristãos estão sempre perpassados por esforços de continuidade, em uma constante negociação com a tradição, com o discurso hegemônico. Dito de outra maneira, o empenho da Teologia Inclusiva em transformar os valores morais do cristianismo não

⁴⁶ Livro lançado no Brasil pela editora Central Gospel, que pertence ao Pastor Silas Malafaia da Igreja Assembleia de Deus.

necessariamente colocou toda a sua gênese e seus princípios religiosos em cheque. Há movimentos de mudanças que se coadunam com o peso da permanência, a qual segue com força para se reproduzir em meio a rupturas. É curioso notar como que, conforme explicitado por Fry (1983), um único Deus pode legitimar tantas diferentes formas de encarar a homossexualidade.

A Comunidade Família Athos de Brasília, foco de observação direta desta pesquisa, também é marcada por um esforço em promover a exegese bíblica e a reelaboração dos discursos sobre a homossexualidade. A partir das experiências de trabalho de campo - participação em cultos, acompanhamento do curso de estudos bíblicos e do curso de Teologia Inclusiva-, promovidas pela referida Igreja, será aqui apresentado o cenário de preceitos, discussão e reflexão sobre a homossexualidade, existente nessa Congregação. No entanto, antes para aprofundar a análise das mudanças de significado de tal vivência humana e sua interface com os cânones morais religiosos no referido espaço, as perspectivas sobre o conceito de sexualidade serão apresentadas. Para tal, serão utilizados os trabalhos e a produção teológica do Pastor Alexandre Feitosa, tanto por meio de suas publicações como por meio de entrevista. É interessante ressaltar que o referido Pastor é um dos principais exegetas e teólogos da Teologia Inclusiva no país, tanto que não é apenas referência na comunidade onde congrega, mas tornou-se indicação nacional no assunto.

3.2. Uma comunidade religiosa inclusiva

A Comunidade Família Athos de Brasília é umas das várias congregações no Brasil que proferem a teologia inclusiva, propondo a eliminação de estigmas religiosos direcionados à homossexualidade. Sua história tem início em dezembro de 2005, a partir de um grupo de orações promovido pelo Pastor Ivaldo Gitirana, o principal fundador da instituição. Em 2006, o grupo se tornou uma célula da Igreja Inclusiva Acalanto⁴⁷, chamada de “Acalanto Planalto Central”. Após discussões e conflitos entre os integrantes da Acalanto de Brasília e o Pastor representante da Acalanto em São Paulo⁴⁸, foi decidido o desligamento da sede e a criação de uma nova entidade. Em 2008, passou a se chamar Comunidade Família Cristã e, em 2010, Comunidade Família Athos

⁴⁷ Criada em 2002, em São Paulo, pelo Pastor Victor Orellana. É considerada uma das igrejas inclusivas pioneiras no Brasil.

⁴⁸ Pastor Victor Orellana

de Brasília.

O nome “Athos” foi agregado à denominação da Igreja pelo Pastor Ivaldo Gitirana. Ele revelou, através de depoimento presente na internet⁴⁹, que escolheu este nome por possuir a seguinte significação: “aqueles ou aquelas que nada temem”, “que tem espírito de ousadia, independência, originalidade e força de vontade”. Segundo o Pastor, o nome “cairia bem” porque a Igreja é uma comunidade de pessoas valentes, ousadas e originais em tudo o que fazem. Assim, para ele o nome revelaria o caráter subversivo e inovador da Comunidade.

Conforme apresentado na introdução, a sede da congregação é situada em uma região central do Plano Piloto, que está em processo de revitalização dos espaços, pois ficou popularmente conhecida como “ponto” de tráfico de drogas e prostituição. No período em que iniciei a observação direta, em 2010, a entidade ocupava uma pequena sala no subsolo de um dos prédios existentes na localidade. Em 2011, a sede foi transferida para outra sala de dimensão quase três vezes maior que o espaço anterior, ampliando a capacidade de agregação de novos fiéis.

No que concerne à organização da igreja, ela se divide hierarquicamente em Pastores e Presbíteros. Esses/as são os principais responsáveis pelos sermões e pregações ministradas nos encontros da comunidade, e pela administração do espaço. Além disso, as atividades congregacionais também se dividem em Ministérios. No ano de 2012, foram criados diversos ministérios, entre eles alguns que se direcionavam exclusivamente aos homens, mulheres, casais e solteiros/as. Hoje, possui apenas quatro grupos ministeriais: Ministério do aconselhamento, Ministério do louvor, Ministério do evangelismo e resgate e Ministério de eventos e intercessão.

Atualmente, a Comunidade Família Athos conta com uma programação composta por cultos, grupos de oração, encontros de estudos bíblicos, retiros, encontros de evangelização, entre outras atividades. Em relação aos cultos, estes ocorrem frequentemente na quarta-feira e no sábado à noite, e podem ser considerados os principais eventos promovidos pela entidade. Enquanto rituais permeados de orações coletivas, canções, leituras bíblicas e pregações, pode-se dizer que os cultos da Comunidade Athos são similares a aqueles existentes nas igrejas tradicionais. Contudo, durante o trabalho de campo pude perceber que há um direcionamento da pregação, em muitos momentos, para as questões concernentes a vivência da homoafetividade ou para

⁴⁹ O Pastor disponibilizou depoimento sobre sua trajetória religiosa e a criação da Comunidade Família Athos em sua página pessoal do Facebook.

as experiências de preconceito relacionadas à orientação sexual. Porém, alguns pregadores dão maior ênfase neste direcionamento do que outros, e, existem ainda, pregadores que fazem pequenas, ou, nenhuma referência sobre as questões concernentes à homossexualidade.

Já foi destacado anteriormente que a Comunidade Athos de Brasília possuiu uma conjuntura permeada por adesões e desligamentos de Pastores/as e Presbíteros/as. Fato que explicita o aspecto dinâmico do fenômeno. Afinal de contas, a congregação se insere em uma conjuntura religiosa que ainda está em processo de formulação, organização e expansão, ou seja, que ainda se encontra em período gestacional. Durante a observação direta, tive a oportunidade de conhecer a Pastora Márcia Dias, o Pastor Ivaldo Gitirana, o Pastor Tiago e o Pastor Alexandre Feitosa, além dos Presbíteros Marvel Sousa, Hélio e Ana.

Além disso, também já foi dito anteriormente que a Pastora Márcia Dias parece ser considerada, pelos fieis, a principal liderança da comunidade. Presente na instituição desde o primeiro grupo de orações promovido pelo Pastor Ivaldo, a Pastora participou de toda a trajetória de constituição da congregação. A partir das experiências de campo, acredito que o seu reconhecimento como “principal liderança” está relacionado, entre outros fatos, ao seu reconhecimento, em muitos momentos, como uma grande conselheira. Pois, presenciei diversos momentos em que ela reiterou que os fieis poderiam procurá-la para conversar a respeito de questões espirituais e religiosas, afetivas e emocionais, e, inclusive, financeiras. Frequentemente, os fieis chegavam mais cedo ou esperavam o fim dos cultos para pedir conselhos a ela.

Em relação aos/às fieis da Comunidade Família Athos, quando dei início ao trabalho de campo, em 2010, os cultos eram frequentados majoritariamente por homens. A partir de 2011, houve um crescimento aparente no número de mulheres presentes nas atividades da igreja, inclusive, um aumento no número de casais de mulheres. É interessante destacar que muitos destes casais possuem performances inscritas nas dicotomias de gênero, ou seja: uma delas parece estar mais próxima ao que é concebido como o sujeito “feminino” e a outra próxima ao que é definido como “masculino”. O aumento do número de mulheres na igreja pode estar atrelado ao fato de ela ser liderada por uma mulher. Aliás, uma mulher que destoa das estéticas e performances tradicionalmente atribuídas as mulheres. Durante o Curso de Teologia Inclusiva, a Pastora Márcia chegou a destacar que, diferente de sua companheira, nunca sentiu vontade de utilizar e vestir certos objetos considerados pertencentes ao “universo

feminino”, mas que isso não é um problema e, sim, um resultado da diversidade humana.

Ainda em relação aos fiéis da Comunidade Família Athos, a correlação das trajetórias de vida daqueles/as que compõem seu espaço é um fato de grande importância no estudo das questões concernentes a sexualidade. As experiências sociais e religiosas dos/das fundadores/as da igreja, bem como daqueles/as que se filiaram e ela posteriormente, além dos neófitos, parecem se confundir, pois são majoritariamente marcadas por situações de expurgação: ao assumirem uma sexualidade não heterossexual tornaram-se pouco bem vindos/as, ou até mesmo foram excluídos/as, das igrejas de origem - a Comunidade Família Athos tornou-se o espaço acolhedor.

Ao longo do processo de observação direta das atividades da Igreja, presenciei muitos rituais que referendavam a tristeza ocasionada pela trajetória de exclusão, destacado sempre, através das músicas e sermões, o quanto os fiéis são aceitos e amados por Deus, e manifestando a possibilidade de cura das magoas através da experiência religiosa inclusiva. Assim como, presenciei cultos no qual as lideranças da Comunidade proferiram palavras que suscitavam a emoção dos fiéis, numa possível tentativa de fazer com que rememorassem as tristezas relacionadas à vivência da homossexualidade, por parte do próprio indivíduo ou por outrem, e “se libertassem” dos momentos que causaram traumas.

A vivência do acolhimento, proporcionado no espaço religioso da Igreja, já se apresenta no primeiro dia em que os/as neófitos/as participam de suas atividades. Em todos os cultos que frequentei, ao fim do evento, a Pastora Márcia Dias perguntava quem estava participando pela primeira vez. Após observar quem havia levantado as mãos, ela pedia a algum dos fiéis mais antigos da Igreja que desse um abraço caloroso e acolhedor em cada um dos/das novatos/as no espaço. Esse ritual de acolhimento, não representa apenas um mecanismo que contribui para agregar novos/as integrantes, através da constituição de uma imagem “afável” da congregação. Tais abraços também se relacionam ao anseio de seus integrantes em apresentar a Comunidade enquanto espaço de compartilhamento de trajetórias de preconceito e exclusão religiosa relacionada à homossexualidade. Em outras palavras, um momento que “diz” aos neófitos o quanto suas angústias não são apenas compreendidas, mas compartilhadas. A partilha dessas experiências parece aproximar os fiéis.

Já em relação às filiações denominacionais, de acordo com o Pastor Alexandre Feitosa, a Comunidade Athos tem uma grande influência da vertente presbiteriana.

Entretanto, as experiências de campo me fizeram crer que a identidade e filiação denominacional é um espaço ainda em negociação, pois o fato da maioria dos fieis terem vindo de diferentes vertentes do evangelicalismo, além dos oriundos das igrejas católicas, fez com que os rituais dessas instituições influenciassem aqueles que são praticados na Comunidade. Além disso, por se tratar de uma Igreja que surgiu a partir de rompimentos em relação às ordens já existentes, tanto tradicionais quanto em relação à Igreja Acalanto, ou seja, que se constitui com autonomia institucional, dotada de protagonismo e inovação, pode-se dizer que o processo de estruturação de seus ritos e práticas, bem como sua organização, ainda está em vias de consolidação.

Ao acompanhar os cultos e demais atividades da Igreja, pude perceber a presença de alguns elementos e caracteres pertencentes a certas ordens evangélicas que possuem grande expressão no Brasil, como o neopentecostalismo. Como a ideia de Prosperidade⁵⁰, corrente doutrinária que ensina que uma vida medíocre (ou não próspera) é um indício de falta de fé. Portanto, um cristão deve ter a marca da plena fé, ter saúde física, emocional e espiritual, além de buscar a prosperidade material. Comumente, nos referidos cultos, a Pastora Márcia Dias abria espaço para preces e orações voltadas à situação financeira dos fieis, suscitando, em certos momentos, a crença no poder divino enquanto força que pode promover a resolução desses problemas. Certas pregações destacaram o poder da fé enquanto propiciador de uma vida materialmente próspera na terra. E, em um dos sermões da Pastora, foi destacado a importância do dízimo na resolução dos problemas econômicos: “a questão econômica também se relaciona a Deus, ele é fiel com quem é fiel com ele”.

Por outro lado, não observei a presença de rituais que envolva a ideia de “Batalha Espiritual”: confronto direto com entidades do mal, através, principalmente do exorcismo de demônios “incorporados”. Presenciei não mais que algumas pequenas referências à existência do demônio. Um dos Presbíteros, ao proceder a sua pregação, disse que o verdadeiro crente não reclama da vida que possui, e sim reza, pois a reclamação é a “oração do Diabo”. Em outro evento, a Pastora Márcia falou da importância do processo de libertação das angústias e tristezas, nominando o Demônio como um dos ocasionadores desses sentimentos.

Um fato interessante na Comunidade Athos é que ela composta por teólogos que vêm produzindo livros, apostilas e demais materiais, além de ministrarem estudos

⁵⁰ A “Teologia da Prosperidade” está presente em diversas ordens do evangelicalismo, principalmente nas Igrejas Neopentecostais.

bíblicos. Suas produções não só se apresentam como ferramentas que objetivam legitimar teologicamente a prática religiosa inclusiva, mas servem de guias de conduta para os fieis, explicando como Deus concebe a homossexualidade e normatiza os relacionamentos homoafetivos. Além disso, contribui para a definição dos comportamentos e práticas sexuais consideradas aprovadas por Deus. As produções de maior destaque são os livros :“Bíblia e Homossexualidade” e “o Prêmio do Amor”, ambos escritos por Alexandre Feitosa.

Por fim, apesar de classificar-se inclusiva e aberta a todos/as, assim como a maioria das Igrejas Inclusivas, o grande público alvo das campanhas de evangelização, para quem divulga a sua existência enquanto uma igreja, são os/as homossexuais. A Parada Gay de Brasília e demais paradas do DF formam os espaços de evangelização e divulgação da Comunidade, além disso, caminhadas no Parque da Cidade são realizadas com o objetivo de entregar panfletos da Igreja e evangelizar os/as frequentadores/as do *Barulho*, bar e importante local de festividade e encontros dos grupos LGBTs na vida noturna de Distrito Federal.

3.3. Perspectivas sobre a sexualidade

Acompanhando o curso de teologia inclusiva, pude perceber o esforço existente na comunidade em revisar as passagens bíblicas que tradicionalmente foram utilizadas para condenar a homossexualidade. O próprio Pastor Alexandre Feitosa foi um dos pioneiros no Brasil a escrever e propor uma leitura inclusiva da Bíblia, publicando, conforme citado anteriormente, o livro “Bíblia e Homossexualidade”, que revê cada uma das passagens bíblicas usadas pela perspectiva condenatória. Tal esforço se concentra também em mudar os significados atribuídos à homossexualidade, conferindo novas interpretações que se constituam legítimas a luz dos cânones religiosos cristãos. Ou seja, interpretações que favoreçam suas existências e trajetórias a luz de um “*ethos*” religioso que não condene e puna os gays e as lésbicas.

Assim, para dar início a esta reflexão sobre os significados atrelados à sexualidade e a homossexualidade no espaço da Comunidade Família Athos, principalmente entre os líderes da congregação, é interessante destacar as reflexões da Igreja a respeito de Gênesis, presente no site da comunidade, na seção de estudos

bíblicos⁵¹:

“Todos os homens são obra das mãos de Deus, independentemente de sua afetividade, de seus sentimentos. Será que Deus criaria alguns predestinados à condenação? Ao inferno? Certamente que não. Os avanços da ciência já comprovam que a sexualidade não é algo adquirido ou aprendido. Quem ensinaria seu filho a ser gay ou quem escolheria essa condição em uma sociedade tão preconceituosa? Ninguém, certamente. Assim como a heterossexualidade, a homossexualidade é inerente ao ser humano.

“Nem todos, porém, são homossexuais em sua essência. Há casos em que pessoas heterossexuais se envolvem em práticas homossexuais motivadas por vários fatores que não a sua sexualidade inata.”

Observando o contexto de (re)elaborações e continuidades acerca das normatizações referentes à sexualidade, nota-se que a Comunidade Família Athos, partindo da releitura de Gênesis, define a sexualidade humana como uma vivência complexa. Este fato a impede de ser reduzida à heterossexualidade, a uma única manifestação de intercuro sexual e afetivo. Entretanto, a sexualidade é concebida como uma essência humana: concomitantemente, uma determinação biológica e divina. Desse modo, da mesma forma que Deus criou o homem e a mulher, criou o/a homossexual e o/a heterossexual. Nesse processo, são descartadas as teorias defensoras da homossexualidade como socialmente adquirida - tanto a heterossexualidade e a homossexualidade estão na esfera do “natural”, da evidência nata.

Ao classificarem a sexualidade como uma essência humana, a entidade parece definir a existência de uma identidade sexual fixa e imutável, ou seja, que não pode ser alterada. Muitos/as homossexuais, desconhecendo certas verdades bíblicas, seriam motivados/as pelas crenças generalizadas do cristianismo tradicional a instituírem relacionamentos heterossexuais. Ao agirem conforme o texto do Gênesis, estariam lutando contra um sentimento e uma condição existencial que lhes é inerente. Contraditoriamente teriam aceitado uma situação que lhes foi imposta pela sociedade, abrindo mão de suas necessidades essenciais para satisfação da família, dos amigos, da igreja. O resultado disso seria a infelicidade, a frustração e, em muitos casos, a

⁵¹ Presente na página <http://www.comunidadeathos.com/#!estudos>

infidelidade e a depressão.

Da mesma forma, como bem explicita a citação apresentada, há heterossexuais que vivenciam experiências homossexuais motivados/as por outros fatores que não a sua sexualidade nata, seja por vontade, curiosidade, confusão, entre outras contexturas. Nesse processo, dois polos seguem sendo determinados e opostos, assim como na perspectiva tradicional e hegemônica do cristianismo: homossexualidade e heterossexualidade. Tanto os contextos que envolvem situações de pressão social e homofobia, quanto a curiosidade por relacionar-se sexualmente de outras formas que não a relação heterossexual configuram-se “fuga de identidade”. Assim, parece continuar havendo uma definição de identidades genuínas, essenciais e fixas em relação à prática e o desejo que movem a sexualidade.

No livro *O Prêmio do Amor*, o Pastor Alexandre Feitosa apresenta a seguinte definição de sexualidade, que se coaduna ao trecho anteriormente apresentado: “*A sexualidade precede qualquer decisão ou discernimento de nossa consciência moral, é intrinsecamente anterior à capacidade de opção ou escolha humana, não está condicionada aos modelos e influências externas, antes pertence ao âmago de cada pessoa, e como entidade inerente ao ser humano, divinamente criado, merece ser tratado com respeito e amor.*”

É notório que as perspectivas conceituais apresentadas até aqui não se referendam nos debates e estudos atuais que situam a sexualidade no plano social, ou seja, como um elemento concernente à cultura e à sociedade. Entre estes debates e estudos, destacam-se aqueles realizados pelo sociólogo Michel Bozon (datas), cuja definição da sexualidade se atrela à noção de construção social. Para ele, enquanto a biologia seria o elemento predominante na definição da sexualidade animal, na humanidade ela não possuiria este poder fixador. Desse modo, os indivíduos necessitariam de um aprendizado social não apenas para constituir suas sexualidades subjetivas, mas para saber como, quando e com quem agir sexualmente, dando sentido a cada um desses elementos.

Assim, a sexualidade seria socialmente construída pelo contexto cultural em que está inscrita. Essa sexualidade extrai sua importância política daquilo que contribui, em retorno, para estruturar as relações culturais das quais depende, na medida em que as “incorpora” e representa (Bozon, 2004). Diante dos ensinamentos deste autor, consonantes com os de Fry (1983), percebe-se que a homossexualidade estaria relacionada e ganha significados de acordo com o contexto sociocultural no qual está

inserida. Dito de outra maneira, aqueles/as que possuem desejos homoafetivos e homoeróticos não se constituem de tal modo em função unicamente de caracteres biológicos e existenciais de nascença. Pois, a sexualidade seria uma elaboração social que opera dentro dos campos de poder em meio social, e não simplesmente um conjunto de estímulos biológicos que encontram ou não uma liberação direta (Giddens, 1992).

No entanto, é importante ressaltar que tal perspectiva acerca da sexualidade e homossexualidade, apresentada nos espaços e discursos da Comunidade Família Athos, não é unívoca e generalizada, pois existe dissonância sobre seus significados mesmo internamente. Durante o curso de Teologia inclusiva, realizado em 2011, os temas sobre sexualidade e gênero foram fortemente abordados. Organizado pelo, na época, Presbítero Alexandre Feitosa, o curso tinha como objetivo principal refletir sobre os conceitos atrelados a Teologia Inclusiva, para que seu processo exegético e as novas interpretações das passagens bíblicas pudessem ser compreendidos. Além disso, o curso tinha o propósito de ensinar os/as integrantes da Athos a desmitificar os termos e preconceitos cristãos atribuídos à homossexualidade, e a evangelizar os gays e lésbicas a partir das proposições teológicas inclusivas. Foi justamente acompanhando o curso que pude perceber o referido espaço de dissonância dos significados atribuídos a sexualidade.

O Curso de Teologia Inclusiva foi realizado durante quatro quartas-feiras do mês de setembro de 2011, em cada dia foram abordados temas diferentes e subsequentes. Experiências, trajetórias e dúvidas marcaram a realização do evento, isso revela que, apesar de oficialmente haver definições de gênero e sexualidade marcados por dimorfismos e fixidez, as vivências cotidianas são pautadas por dissensos e discordâncias. Em relação a essas dissidências, a fala de uma das fieis, no segundo dia do curso, deu início a uma discussão acerca dos significados atribuídos a sexualidade. Ela disse o seguinte: “Pra mim, a bissexualidade é pecado, coisa do demônio”. De imediato, criou-se um ambiente de reflexão acerca dos elementos que definem a sexualidade humana. A Pastora Márcia respondeu que a bissexualidade seria um estado de confusão do sujeito, pois ele/ela estaria tomado por uma indecisão, esta causada pela curiosidade em viver certos desejos sexuais ou por imposições sociais heteronormativas, que o faz não enxergar sua verdadeira identidade sexual. Completou sua fala com um relato de aconselhamento pastoral, direcionado às pessoas confusas em relação à sexualidade e citou um dos casos em que, para ela, o sujeito apenas acreditava ser homossexual, pois ele seria um heterossexual confuso. Entretanto, em outro momento,

interpelada por um casal de mulheres, que apresentou algumas teorias sobre sexualidade da psicologia, a pastora disse acreditar que todos nós nascemos bissexuais e escolhemos um caminho, ou seja, a trajetória de vida, e elementos sociais e culturais também seriam definidores da sexualidade.

Em relação às vivências cotidianas da sexualidade, e sua interface com o exercício da religiosidade, enquanto elemento importante para definição da mesma, uma fala, em especial, chamou a atenção. Uma das integrantes da Comunidade, que também havia ressaltado a existência de teorias psicológicas acerca da sexualidade, disse e um dos momentos de discussão: *“Eu me relacionava com homens, mas não sentia desejo por eles, então eu rezei muito pra Deus para que ele me transformasse, porém a transformação não acontecia. Foi aí que percebi que o que eu sentia não era condenado por Deus.”*. Com esta fala, percebe-se a importância das experiências de vida no processo de constituição dos significados concernentes a sexualidade. As normatizações de gênero e sexualidade se constituem enquanto conjunto de significados que se atrelam aos eventos e momentos cotidianos, às experiências do dia-dia. Estes também se apresentam como espaços de (re)elaboração de sentidos.

Utilizando as proposições do sociólogo Anthony Giddens (1992), pode-se dizer que há um contraste importante entre a sexualidade revelada pela literatura, ou seja, pelas bibliografias de gênero e sexualidade, seja de cunho científico ou religioso, e a sexualidade como um fenômeno cotidiano dos sujeitos. Portanto, há uma teia de sentidos e concepções sobre a sexualidade e homossexualidade presente em nossa sociedade, que são produzidas, mas que não se reduzem aos dispositivos da sexualidade (Foucault, 1985). Assim, nota-se que a Comunidade Família Athos possui um espaço de significação e dissonância acerca desses temas. No entanto, o processo de atribuição de significados se constitui, em grande medida, pelas experiências do cotidiano, pela vivência pessoal e pelos sentidos e sentimentos atribuídos as subjetividades e as situações vividas. Entretanto, vale ressaltar que essas experiências também se constituem em consonância com referidas concepções e sentidos atribuídos a sexualidade, ou seja, não é um fenômeno que ocorre ocluso, mas em meio às relações de saber e poder sobre o sexo (Foucault, 1985).

Assim, podemos perceber que há dissensos sobre as significações atribuídas a sexualidade. Algumas falas proferidas no curso de Teologia Inclusiva, entre elas as da Pastora Márcia, parecem, inclusive, se contrapor e colocar em xeque as definições congregacionais oficiais sobre o tema, que são em grande medida inspiradas nas obras e

nos discursos teológicos do Pastor Alexandre Feitosa. Contudo, acredito que apesar de haver uma conjuntura de discordâncias, na comunidade, o conceito concernente à homossexualidade, que a concebe como uma essência singular imutável, ganhou maior ênfase porque se contrapõe as perspectivas que a classificam como um comportamento “aprendido”. Pois, conforme destacado anteriormente, essas perspectivas definem os/as homossexuais como sujeitos resultantes de vivências traumáticas ou alvo de uma socialização conturbada, ou seja, os/as consideram pessoas com transtornos psíquicos.

Além disso, a defesa e difusão de classificações essencialistas da sexualidade podem contribuir, em grande medida, para a desconstrução do mito que define o/a homossexual enquanto adepto de um estilo de vida alternativo. Já que tal representação por vezes foi atrelada a noção de imoralidade e desregramento sexual, considerando a perversão e a promiscuidade como as causas da homossexualidade.

O esforço em contrapor as perspectivas religiosas que consideram a homossexualidade um comportamento, existente na Comunidade Família Athos, pode ser observada na fala da Pastora Márcia acerca dos supostos “procedimentos de cura” da homossexualidade, difundidos pelas vertentes cristãs tradicionais: “*Se a cura ocorre, é porque não era verdadeiramente homossexual*”. É interessante destacar que essa fala foi proferida em momento anterior a aquelas citadas acima, pois a discussão teve início justamente no momento em que o Pastor Alexandre Feitosa falou da atuação dos Ministérios de Cura da homossexualidade. Portanto, podemos observar que há dissensos inclusive entre as perspectivas de um único sujeito. Contudo, ganha maior ênfase as proposições e significados que, a meu ver, melhor se atrelam as propostas da Teologia Inclusiva e aos embates existentes no cotidiano de quem a defende. O consenso e acordo conceitual ocorrem justamente no momento em que os integrantes da Comunidade Família Athos são interpelados pelas tradicionais classificações religiosas dadas a sexualidade.

3.4. A insurgência de novas identidades

Diante dos conceitos acerca da sexualidade e da homossexualidade empreendidos na Comunidade Família Athos, percebe-se que houve uma alteração na composição da tradicional lista de pecados graves, no conjunto de práticas reprovadas pela ordem divina. O/a homossexual foi desvinculado/a das classificações que o/a relacionam à perversão, à depravação e aos distúrbios sexuais, ou seja, deixou de ser

condenado/a. Ao construir um corpo teológico inclusivo, a Comunidade reelaborou tanto as passagens bíblicas que supostamente condenam a relação não heterossexual, quanto realizou uma (re)elaboração sobre as concepções de sexualidade, vislumbrando a constituição de uma nova conduta moral sexual, cuja homossexualidade passou a ser aceita. Contudo, da mesma forma que a heterossexualidade, existe regras morais voltadas a vivência afetiva e sexual entre pessoas ditas “do mesmo sexo”. Fornicação e adultério, entre outros, são práticas que continuam sendo consideradas errôneas e condenadas. Logo, a união homoafetiva não é pecado, desde que vivida em relacionamento monogâmico, pautado na fidelidade e no sentimento sincero.

O seguinte trecho do livro “Bíblia e homossexualidade: verdades e mitos”, do Pastor Alexandre Feitosa, explicita e evidencia a homoafetividade como um relacionamento que pressupõe primeiramente compromisso, e, posteriormente o intercuro sexual, ou seja, atribui um conjunto de normas morais: *“Homoafetividade não é sinônimo de homogenitalidade. O comportamento sexual como entrega recíproca deve ser consequência de sentimentos que começam num olhar e terminam no compromisso estável entre as partes envolvidas. O amor é um sentimento universal, e não constitui exclusividade dos heterossexuais. É uma capacidade de todo ser humano, como assim os são os homossexuais, igualmente capazes de gerar em outrem ou nutrir por outrem um amor sincero e autêntico. A bíblia não trata desse assunto, apenas faz referências a atos homogenitais em contextos e situações muito diferentes das uniões homoafetivas de hoje. Nada há na bíblia, condenável, que se relacione com o compromisso motivado por um sentimento de amor e companheirismo entre duas pessoas do mesmo sexo”*.

Em entrevista, o Pastor evidencia as referidas normas morais de forma ainda mais clara: *“nós utilizados os mesmos princípios que a bíblia traz para os casais heterossexuais, ou seja, o relacionamento estável, o relacionamento monogâmico, o relacionamento baseado no amor, na fidelidade; construindo ambos uma família”*. E completa essa frase dizendo: *“existem princípios universais, que (são) valem tanto para os heterossexuais em seus relacionamentos, quanto para os homossexuais em seus relacionamentos. Então a igreja não apoia, por exemplo, relacionamento “aberto”, swing, sexo a três. Isso tudo nós condenamos com base bíblica.”*

Durante o trabalho de campo, pude observar essas indicações e prescrições morais que são direcionadas tanto aos homossexuais, que vivenciam um relacionamento afetivo e sexual, quanto a aqueles/as que estão solteiros/as. As indicações aconselham

que não se deve frequentar festas e espaços LGBTs que sejam ponto de encontro para “sexo casual”. Tais práticas são consideradas condenadas por Deus. Desse modo, a referida construção de uma nova perspectiva da sexualidade se funda na mesma conduta moral, que é perpassada pelo viés da tradicionalidade familista. Não há cisões totalizantes, pois não se trata de uma nova religião, que pode constituir e se pautar em normatizações religiosas extremamente distanciadas da antiga moral cristã.

Ao acompanhar os cultos da comunidade, pude presenciar momentos em que ocorreram referências à postura concebida como ideal para os homens e mulheres solteiras. Um dos fieis, testemunhou que depois de ter se tornado um adepto da Igreja, não frequentava mais boates e saunas gays, ou seja, não tinha mais interesse em relacionamentos “casuais”. Sua fala, destaca a experiência de libertação dos desejos e práticas condenadas pela ordem divina. O Presbítero Hélio, durante uma pregação, explicitou a importância dos relacionamentos homoafetivos monogâmicos, dizendo: “é permitido e legítimo aos solteiros/as pedir um/uma companheiro/a à Deus”. Portanto, nota-se que o relacionamento homoafetivo (estável, monogâmico e fiel) não é apenas uma indicação religiosa, que pode ser seguida ou não. Aqueles/as que vislumbram uma vida cristã, devem seguir as indicações morais e as normas de relacionamento.

A partir das proposições trazidas por Geertz (2001), pode-se dizer que o cenário da Comunidade é um cenário de construção de identidades. Para dar maior coerência e sentido à discussão aqui empreendida, proponho a pensar na existência de tais identidades como: “evangélicas-homoafetivas”⁵². Seus significados estariam atrelados à construção de uma auto-imagem e representação que define os gays e as lésbicas como homoafetivos/as seguidores/as da doutrina cristã, ou seja, adeptos/as do conjunto de indicativos morais religiosos. A moralidade aqui referida se relaciona ao fato de ser imputado aos/às homoafetivos/as solteiros/as ou aos casais o mesmo conjunto de regras morais cristãs, que tradicionalmente foi atribuído aos casais heterossexuais, mas que é agora reelaborado.

Conforme apresentado anteriormente, para Geertz(2001), identidade é um termo que marca a maneira como as pessoas se pensam, pensam o outro e, principalmente, como querem ser retratadas, denominadas, compreendidas e situadas no mundo. Desse modo, pode-se dizer que os/as fieis da Comunidade Família Athos, se pensam enquanto aqueles e aquelas que se diferenciam dos/as demais por seguirem uma religiosidade

⁵² Não se trata de uma categoria nativa.

congregacional, e por vivenciarem um conjunto de condutas que se instituem como normas cristãs. Além disso, há um desejo em serem retratados/as como tal, pois há uma formulação de identidade enquanto grupo.

Durante a entrevista com o Pastor Alexandre Feitosa, foi perguntado se o homossexual- evangélico recebe um olhar diferente, na sociedade, dos tradicionalmente imputados aos homossexuais em geral; ele respondeu o seguinte: *“Primeiro existe o olhar negativo, porque para os cristãos convencionais não há como conciliar homossexualidade com o cristianismo. Então, a primeira visão dessas pessoas é uma visão negativa. Eles ficam escandalizados quanto ouvem falar ou quanto veem um cristão que se diz gay. Pra eles (a maioria) isso é impossível: é como água e óleo, não dá pra misturar. Entretanto, existe um princípio bíblico que diz que nós somos o sal da terra e a luz do mundo. O nosso comportamento acaba afetando aquela pessoa de maneira positiva. Ele é homossexual (referindo-se a alguém que o interpela), ele se diz evangélico e de fato existe uma diferença na vida dele. Então primeiro tem aquela reação negativa, mas quando as pessoas nos conhece, conhece nosso caráter, conhece nosso comportamento, passam a ver que nós somos cristãos tanto quanto eles, começa a haver um respeito.”*

Desse modo, a fala do Pastor coloca em evidência a importância da postura cristã dos homoafetivos, de seus comportamentos, de suas práticas frente aos demais indivíduos, não apenas como elemento que permite o reconhecimento enquanto “evangélico-homoafetivo”, mas enquanto fator que promove e possibilita o respeito. Pois, esse sentimento, que poderíamos classificá-lo também de aceitação da diferença e da alteridade religiosa, surgiria no momento em que a conduta de vida cristã dos/as gays e lésbicas, pertencentes à Comunidade Família Athos, é conhecida. E, essa mudança de conduta, ocorre quando os fieis da igreja passam a se comportar de acordo com os preceitos morais cristãos. Em outras palavras, quando passam a difundir uma imagem da homossexualidade desvinculada daquelas que frequentemente foram totalmente associadas ao desrespeito, e, à negação das prescrições morais do cristianismo.

Assim, para o Pastor, gays e lésbicas que seguem os preceitos morais cristãos constituem uma nova vida, transformada pelo exercício religioso inclusivo. Essa nova vida gera reverberações na sociedade, fazendo com que eles/as possam ser vistos/as de uma forma diferenciada das tradicionais concepções atribuídas à homossexualidade que, em muitos casos, se relacionavam a termos considerados pejorativos. Depois de estado de confusão, causada pela falta de compreensão do “ethos” religioso inclusivo, as

peças começariam a perceber e a reconhecer um comportamento efetivamente cristão, ou seja, passariam a ver que os/as homoafetivos/as seguem praticamente os mesmos preceitos religiosos que elas seguem, e, por consequência, os/as aceitariam. Em entrevista, o Pastor diz: “E essa aceitação é muito positiva porque ela resulta da quebra, da desconstrução daqueles mitos e na reconstrução de um conceito novo”. Logo, percebe-se que a aceitação ocorre justamente em função da mudança dos significados atribuídos aos homossexuais, mudança essa promovida pelo testemunho de vida dos homoafetivos cristãos.

Portanto, o cenário de formulação de identidades religiosas, aqui chamada de “evangélicas-homoafetivas”, na Comunidade Família Athos, se constitui enquanto esforço em promover uma mudança de postura frente à sociedade, principalmente, aos segmentos cristãos. Para os fieis dessa congregação, a transformação dos comportamentos e das atitudes, pelo viés religioso, gera uma alteração das subjetividades e no modo como são classificados/as e referidos/as pelos demais. Por conseguinte, percebe-se que ela não se constitui apenas dentro da esfera religiosa, mas em meio a entrelaçamentos com a dimensão política, social e ideológica. Já que, em uma sociedade onde os principais argumentos utilizados para condenar a homossexualidade são advindos das religiões cristãs, os esforços voltados ao reconhecimento de direitos, por medidas políticas de mudanças e no combate contra a homofobia são realizadas, principalmente, nas lutas pela mudança das perspectivas religiosas.

Por fim, é importante ressaltar a importância da noção de família no contexto da Comunidade Família Athos. Nota-se que essa importância se expressa no nome da congregação. Para a doutrina tradicional cristã, a família é a célula vital da sociedade. Ela é fundada no matrimônio, através do vínculo perpétuo entre um homem e uma mulher. Ao casal são atribuídas funções e tarefas, como, o dever de se reproduzir e cuidar dos filhos/as. No caso da Comunidade Inclusiva estudada, a união entre homens ou entre mulheres também é considerada uma família. Há, inclusive, conforme destacado anteriormente, indicação para que os casais se relacionem vislumbrando a formação de um seio familiar: estabelecimento de um relacionamento estável, reconhecido pela igreja, sociedade e, agora, pelo Estado. Em entrevista o Pastor Alexandre Feitosa diz: “Nos só apoiamos os relacionamentos baseados nos princípios bíblicos: estáveis, monogâmicos, e, preferencialmente, aqueles que já estejam em processo de união civil, que já foi reconhecida no Brasil, e o casamento que já está

sendo reconhecido em alguns lugares também. Então, a Igreja trabalha para conduzir os seus casais a esse status que os heterossexuais já possuem: de relacionamento reconhecido como casamento”.

Em relação à procriação, não presenciei indicações ou conversas a respeito de métodos “alternativos” de concepção, ou indicações que estimulassem processos de adoção. Contudo, no site da entidade, em diversos momentos, estiveram presentes fotos de casais heterossexuais e homossexuais com crianças em volta deles/as, destacando a postura da igreja em definir o conceito de família para além do modelo tradicional: homem, mulher e filhos/as. Contudo, a doutrina cristã tradicional também utiliza o nome família para se referir aos fieis de suas comunidades: a família cristã - o Deus-Pai e seus/suas filhos/as. A Comunidade Família Athos, também representa o ceio familiar onde Deus acolhe os/as filhos/as que por muito tempo foram negados, excluídos e retirados do plano de salvação divina.

Conclusão

Na contemporaneidade, o contexto religioso brasileiro vem se tornando cada vez mais heterogêneo e complexo, entre os quais se destaca o advento das Igrejas Inclusivas. Estas igrejas se constituíram em diferentes regiões do planeta e estão ganhando cada vez mais adeptos. Estudos e produções teológicas voltadas à apresentação e ao esclarecimento dos elementos concernentes à Teologia Inclusiva, principalmente acerca da proposta de releitura bíblica, também estão sendo realizadas com o intuito de divulgar a nova proposta religiosa.

No caso da releitura bíblica, à luz da exegese histórico-crítica, vê-se que novas interpretações foram empreendidas com base em conhecimentos seculares, que atrelaram os estudos sobre o contexto sócio-cultural como condicionantes da compreensão da mensagem divina. Este processo parece ter segmentado ainda mais a bíblia, ampliando seu problema hermenêutico, pois parece que a tarefa de definição das mensagens literais e as narrativas concernentes a momentos históricos se tornou ainda mais problemática. Além disso, foi perceptível que os símbolos religiosos, referidos ao “livro sagrado”, são polissêmicos e estão sujeitos a transformações dinâmicas. Sabe-se que o universo simbólico não é marcado por oclusão, mas está diretamente integrado às diferentes esferas da vida social.

Por proporem uma reinterpretação das passagens bíblicas tradicionalmente utilizadas para condenar os dissidentes da heterossexualidade, assim como constituírem um novo *ethos* religioso voltado aos gays e lésbicas, estas congregações causaram transformações nas noções religiosas de homossexualidade, bem como alteraram a significação dos pecados atribuídos à sexualidade, pois atribuíram normalidade e legitimidade a vivência do relacionamento homossexual.

No caso da Comunidade Família Athos, a mudança de perspectiva acerca deste assunto, se constitui enquanto formação de uma identidade classificada neste trabalho como “evangélica-homoafetiva”. Tal identidade se refere à constituição de uma auto-identificação e desejo de reconhecimento por parte de outrem, como gays e lésbicas cristãos/ãs que seguem os preceitos morais religiosos, principalmente por estarem neles inscritos ou por almejarem relações conjugais monogâmicas, pautadas na fidelidade e na concepção de família, tanto que o seu próprio nome traz está palavra em posição chave.

Para além das problemáticas suscitadas ao logo deste trabalho, é interessante ressaltar que os esforços existentes na Comunidade Família Athos de Brasília, que se

direcionam a promover uma transformação no modo como os homossexuais são reconhecidos na sociedade, podem ser vistos, de certa forma, como esforços de luta e combate contra a homofobia em geral, não só no interior do cristianismo. Conforme Borrillo (2010), homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal. Por sua diferença irreduzível, ele/a é posicionado/a à distância, fora do universo comum dos humanos. Para este autor, assim como xenofobia, racismo ou antissemitismo, a homofobia é um fenômeno complexo e variado que pode ser percebido nas piadas vulgares que ridicularizam os indivíduos, mas que pode assumir formas mais brutais e intolerantes: como a violência e a tentativa de extermínio.

Invisível, cotidiana e socialmente compartilhada, a homofobia participa do senso comum (Borrillo, 2010). Assim, sabe-se que ela está presente nos mais diversos cenários da sociedade e, em muitas situações, submete as pessoas homoafetivas a situações vexatórias, constrangedoras e violentas. No Brasil, onde as estatísticas de crimes relacionados à homofobia crescem e se alastram assustadoramente, a discussão desta forma de preconceito e discriminação passou não apenas a compor as agendas de políticas públicas e sociais, mas a fomentar a criação de medidas judiciais, no qual tal ato pudesse ser categorizado e punido enquanto crime, uma prática de violência específica. Além disso, muitos debates estão sendo suscitados a partir da observação do contexto homofóbico existente no universo escolar. Desde muito jovens, os gays e lésbicas vivenciam estes contextos segregadores e violentos.

Desse modo, ao constituir outras interpretações religiosas dos textos bíblicos, assim como formular um “ethos” de vida cristão para os homoafetivo, a Comunidade Athos estaria contribuindo para uma mudança de perspectiva na sociedade. Pois a quebra dos antigos mitos atrelados aos homossexuais, citado pelo Pastor Feitosa, pode ser compreendida como a desconstrução das imagens e termos pejorativos que tradicionalmente foram atribuídos aos/às homossexuais. Assim, designações como crime abominável, amor vergonhoso, gosto depravado, costume infame, paixão ignominiosa, pecado contra a natureza, vício de Sodoma (Borrillo, 2010), entre tantos outros, são quebradas e desfeitas. Ao destacar a existência de gays e lésbicas que vivenciam um relacionamento estável e monogâmico, pautado em sentimentos sinceros e fundamentado nos preceitos e mandamentos instituídos pelos cânones cristãos, a Comunidade estudada apresenta um/a “outro/a” homossexual, que se não se atrela a estes nomes e práticas pecaminosas.

Por fim, é importante ressaltar que este contexto de combate e luta contra a homofobia, a partir de adesões religiosas, se inscreve em um cenário de embates e disputas existentes na atual conjuntura religiosa brasileira. Conforme dito anteriormente, os/as evangélicos/as pertencentes às igrejas tradicionais cada vez mais estão adentrando e se apropriando dos espaços políticos institucionais não apenas para fazer valer suas perspectivas e olhares acerca da sexualidade e, em especial, homossexualidade. Mas, estes/as evangélicos/as são alvo de críticas por se posicionarem contra e instituírem entraves na formulação de políticas públicas e no reconhecimento dos direitos dos gays e das lésbicas.

Portanto, as Igrejas Inclusivas se apresentam como horizonte possível não apenas para aqueles/as que, por conta da sua orientação sexual, se sentem condenados/as e impedidos/as de participar da vida congregacional cristã. Mas, se apresentam como força contrária na disputa pelo significado da homossexualidade e movimento que se agrega à difícil luta contra a homofobia na sociedade em geral.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Zedequias. Religião e sexualidade: reflexões sobre igrejas inclusivas na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.
- BONFIM, Patrick. Discriminação e Preconceito: identidade, cotidiano e religiosidade de travestis e transexuais. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.
- BORRILLO, Daniel. Homofobia: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autentica, 2010.
- BOZON, Michel. Sociologia da Sexualidade. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CARVALHO, Esly Regina S. Homossexualismo: abordagens cristãs. Brasília: Eirene do Brasil, 1989.
- CARVALHO, José Jorge de. A Religião como sistema simbólico: uma atualização teórica. Serie Antropologia 285. Brasília: 2000.
- FEITOSA, Alexandre. Bíblia e Homossexualidade: verdades e mitos. Rio de Janeiro: Metanoia, 2010.
- FEITOSA, Alexandre. O Prêmio do Amor: uma abordagem cristã do sexo nas relações homoafetivas. Brasília: Ed. do autor, 2011.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985
- FRY, Peter e MACRAE, Edward. O que é homossexualidade. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GEERTZ, Clifford. Nova luz Sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIDDENS, Anthony. A transformação da Intimidade – Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas. São Paulo: Unesp, 1993.
- GIUMBELLI, Emerson. Religião e sexualidade: Convicções e responsabilidades. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- GUEDES, Tatiana Souza. Ex-homossexuais ou heterossexuais?: A conversão de homossexuais nas igrejas evangélicas. Monografia de Graduação. Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

HELMINIAK, Daniel A. O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade. São Paulo: Sumus, 1998.

JURKEWICZ, Regina Soares. Cristianismo e Homossexualidade. In: GROSSI, Miriam; BECKER, Simone; LOSSO, Juliana; PORTO, Rozeli e MULLER, Rita (orgs.). Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

LEMOS, Carolina Teles. Vida e medo: concepções de corpo e sexualidade na tradição cristã-católica. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 9, n. 21, 2011.

MOTT, Luiz. A Igreja e a questão homossexual no Brasil. In: *Revista Mandrágora*, São Paulo, v. 5, n. 5, 1999.

MUSSKOPF, André Sidnei. Via(da)gens teológicas itinerários para uma teologia queer no Brasil. Tese de Doutorado. Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2008.

NATIVIDADE, Marcelo. Uma homossexualidade santificada?: Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 2010.

RETAMERO, Márcio. Pode a Bíblia incluir?: por um olhar inclusivo sobre as Sagradas Escrituras. Rio de Janeiro: Metanoia, 2010;

RICOEUR, Paul. O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

SILVA, José Amilton da. Olhares das religiões sobre a sexualidade. 2008. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - AOC - Objeto de Aprendizagem Colaborativa)

TAY, John S. H. Nascidos Gay? Existem evidências científicas para a homossexualidade?. Rio de Janeiro: Central Gospel: 2011.

TOMITA, Luiza Etsuko. Alguns pontos para reflexão no debate ético-teológico sobre a sexualidade. In: *Revista Mandrágora*, São Paulo, v. 5, n. 5, 1999.

TOMITA, Luiza Etsuko. A teologia Feminista no contexto de novos paradigmas. In: ANJOS, Márcio Fabri dos (orgs). Teologia aberta ao futuro. São Paulo: Loyola, 1997

ZABATIERO, Júlio P. Tavares. Manual de exegese. São Paulo: Hagnos, 2007.

ZILLES, Urbano. Visão cristã da sexualidade humana. *Telecomunicações*, Porto Alegre, v.39, n.3, 2009.